

Texto Único Plano Diretor de Fartura
27/09/11
PLANO DIRETOR DE FARTURA

A CÂMARA MUNICIPAL DE FARTURA aprova:-

TÍTULO I

CONCEITO, PRINCÍPIOS, OBJETIVOS GERAIS E DIRETRIZES

CAPÍTULO I

DO CONCEITO

Art. 1º Esta Lei Complementar institui o Plano Diretor de Fartura em consonância com o que dispõe o artigo 182 da Constituição Federal; a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) e o Título V, Capítulo II, da Lei Orgânica do Município, como instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento local, determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam na construção e gestão do município.

Art. 2º O Plano Diretor abrange a totalidade do território e é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município, integrando o processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporarem as diretrizes e as prioridades nele contidas.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 3º O Plano Diretor de Fartura é fundamentado nos princípios da:

- I- função social da cidade;
- II- função social da propriedade;
- III- gestão democrática e participativa do município;
- IV- proteção e preservação dos patrimônios histórico-cultural e ambiental-ecológico;
- V- garantia do acesso em todas as suas formas, através de sistemas específicos de informação, do acesso físico aos locais públicos e acesso às Políticas Administrativas.

Art. 4º A função social da cidade Município de Fartura, corresponde ao direito à cidade para todos, o que compreende:

- I- a promoção da justiça social, a erradicação da pobreza, a inclusão social, a redução das desigualdades sociais e da segregação sócio-espacial;
- II- o direito à terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, aos serviços públicos, ao transporte coletivo, ao trabalho, à cultura, ao lazer, à memória e ao meio ambiente preservado.

Art. 5º A propriedade cumpre sua função social quando respeitadas as funções sociais da cidade, e:

- I- Atender à coletividade, à segurança, ao bem estar dos cidadãos e ao equilíbrio ambiental;
- II- atender às exigências fundamentais deste Plano Diretor e da legislação correlata;
- III- assegurar o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Art. 6º A gestão da política territorial será democrática em sua formulação, execução e acompanhamento, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade, por meio de seus conselhos, entidades e associações representativas.

Art. 7º O patrimônio histórico-cultural e as áreas de significado ambiental-ecológico serão protegidos com a adoção de procedimentos de fiscalização, manutenção e qualificação, de modo que os cidadãos possam deles usufruir sem prejuízo para a coletividade.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS GERAIS

Art. 8º São objetivos gerais deste Plano Diretor:

- I- ordenar o uso do solo urbano e rural;
- II- combater a especulação imobiliária;

- III- garantir a justa distribuição dos benefícios e dos ônus decorrentes do processo de urbanização, com a elevação da qualidade de vida, particularmente no que se refere à saúde, à educação, à cultura, às condições habitacionais, à infra-estrutura e aos serviços públicos, de forma a promover a inclusão social e a reduzir as desigualdades sócio-espaciais;
- IV- urbanizar adequadamente os vazios urbanos e integrar os territórios da cidade, prioritariamente os localizados em áreas atendidas por infra-estrutura, salvo aqueles situados em locais de riscos ambientais, bem como adequar os núcleos da represa;
- V- produzir habitação de interesse social com qualidade, garantindo o acesso aos serviços e aos equipamentos públicos;
- VI- recuperar os investimentos do Poder Público que tenham resultado na valorização de imóveis urbanos;
- VII-induzir a utilização de imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados;
- VIII-definir áreas adensáveis e não adensáveis de acordo com a capacidade de suporte de infra-estrutura instalada e da preservação ambiental;
- IX- estabelecer parâmetros de ocupação e parcelamento do solo, bem como critérios para a revisão da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo;
- X- preservar e qualificar o patrimônio histórico-cultural, arquitetônico e ambiental-ecológico;
- XI- implementar áreas de lazer e parques públicos em áreas ociosas;
- XII- preservar os recursos naturais, especialmente os recursos hídricos;
- XIII- promover o saneamento ambiental;
- XIV- criar canais de participação popular na gestão da cidade;
- XV- promover a habilitação urbana;
- XVI- atender às necessidades de transporte e mobilidade da população promovendo a integração das diversas modalidades disponíveis;
- XVII- Melhorar, como um todo, a qualidade do espaço viário, a circulação das pessoas e o transporte de bens e mercadorias;

XVIII- promover a integração e o complemento entre a atividade urbana e a rural, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico no município;

XIX- recuperar a cobertura florestal do município, compreendendo as áreas de preservação permanente e as de reserva legal;

XX- estimular o desenvolvimento das atividades econômicas do setor rural, proporcionando os diversos meios para este fim;

XXI- estimular e ordenar a atividade agro-industrial e turística;

XXII- promover a integração e o desenvolvimento do turismo, colaborando para a criação de um pólo turístico regional.

XXIII- Garantir a autonomia de todos os Conselhos Municipais;

XXIV- Promover anualmente a Capacitação dos Conselhos Municipais;

XXV- promover revisão institucional da Prefeitura, através de:

a) Preenchimento obrigatório de pelo menos 50% dos cargos em comissão por pessoal do próprio quadro da Prefeitura Municipal;

b) Os postulantes aos cargos em comissão deverão possuir formação apropriada para as funções que pretendam exercer; **melhorar texto**

c) O limite máximo para os cargos em comissão, não deverá superar 5% (cinco por cento) do quadro total de funcionários efetivos da Prefeitura Municipal;

d) elaborar o organograma municipal.

Texto da Política Ambiental apresentado em Audiência Publica em 22/08/11

DA POLÍTICA AMBIENTAL

Art. 9º. A política ambiental do Município tem como objetivo manter o meio ambiente equilibrado, alcançando níveis crescentes de salubridade por meio da gestão ambiental, do abastecimento de água potável, da coleta e tratamento de esgoto sanitário, do manejo dos resíduos sólidos, da drenagem e reuso de águas pluviais e da recuperação de áreas degradadas, promovendo a sustentabilidade ambiental do uso e da ocupação do solo em todo o seu território.

Art. 10. A política ambiental nortear-se-á pelas seguintes diretrizes:

- I- garantir a participação da sociedade civil na gestão dos recursos naturais, acesso à informação, descentralização, interdisciplinaridade na abordagem dos recursos naturais, de modo a viabilizar as condições de uma nova identidade regional;
- II- construção de política pública para a ocupação do entorno do reservatório Chavantes, adotando-se práticas de ordenamento territorial como fatores do desenvolvimento ambiental, social e turístico;
- III- eleger a erosão superficial e a coleta e disposição final do esgoto como os maiores fatores de recuperação e preservação ambiental do entorno do reservatório Chavantes;
- IV- participar dos planos ambientais de reservatórios, como o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais – PACUERA, juntamente com os Comitês de Bacia Hidrográfica do Alto CBH-ALPA;
- V- para as intervenções na área eventualmente seca abaixo da cota máxima normal de alagamento, serão utilizados os mesmos critérios que regulam as APPs;
- VI- revitalizar as nascentes e os córregos;
- VII- ampliar as medidas de saneamento básico para as áreas deficitárias da represa, conforme zoneamento, observando-se as recomendações das NBR 7229/93 e NBR 13969/97 da ABNT – Associação Brasileira de Norma Técnica. Dados os custos de implementação de rede coletora de esgotos, bem como a impossibilidade física do tratamento através de lagoas, desaconselham-se projetos nessa direção;
- VIII- elaborar e implementar o sistema de gestão de resíduos sólidos, instituindo a coleta seletiva de lixo e da reciclagem, bem como a redução da geração de resíduos sólidos;
- IX- elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos da Construção Civil, nos termos da legislação federal; **Consórcio**
- X- assegurar à população do município oferta domiciliar de água em quantidade suficiente para atender as necessidades básicas e qualidade compatível com os padrões de potabilidade, segundo legislação vigente;
- XI- assegurar o escoamento das águas pluviais em toda a área ocupada pelo município por meio de sistemas físicos naturais e construídos, de modo que a drenagem pluvial reabasteça os aquíferos e propicie segurança e conforto aos seus habitantes; **essência da APA**
- XII- elaborar e implementar o Plano Municipal de Macro Drenagem Urbana, no prazo de 1 (um) ano a partir da promulgação desta lei complementar, observando-se as recomendações técnicas da ABNT e da legislação pertinente; **ver Fartura como ficou...**

- XIII- promover a qualidade ambiental, a preservação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio do planejamento e controle ambiental;
- XIV- promover a recuperação ambiental revertendo-se os processos de degradação das condições físicas, químicas e biológicas do ambiente;
- XV- promover a manutenção e ampliação da arborização de ruas, criando-se faixas verdes que conectem praças, parques ou áreas verdes;
- XVI- incentivar o florestamento com nativas nas áreas sensíveis da serra;
- XVII- reabilitar o Rio Fartura através do incentivo à limpeza das suas margens e ao reflorestamento com nativas;
- XVIII- promover a recuperação ambiental da zona rural com a participação das instituições envolvidas, incluindo-se proprietários, moradores, trabalhadores rurais e Poderes Públicos Municipal, Estadual e Federal;
- XIX- estimular e desenvolver a gestão ambiental por meio da implementação de medidas estruturais que envolvam fortalecimento institucional e o treinamento dos recursos humanos oficiais, tornando claros os objetivos do governo municipal em relação ao meio ambiente e em relação à sua inclusão no Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA;
- XX- regular o uso e ocupação do solo por meios e técnicas de planejamento ambiental, incluindo-se as diversas formas de zoneamento previstas nesta lei complementar;
- XXI- compatibilizar as políticas de uso e ocupação do solo rural aos dispostos pelo Conselho Gestor da APA Corumbataí-Botucatu-Tejupá perímetro Tejupá, conforme **mapa tal ver nº...**;
- XXII- incentivar e promover parcerias público-privadas, para implantação e conservação de parques, preferencialmente em áreas públicas municipais;
- XXIII- promover a educação ambiental na rede pública de ensino, incluindo temas relativos à conservação e preservação da biodiversidade, bem como a convivência saudável da população com outras formas de vida, incluindo a flora e fauna, sempre de forma transversal;
- XXIV- promover a destinação adequada dos resíduos especiais, tais como pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e outros, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- XXV- considerando-se a tendência mundial de reversão dos processos de escoamento das águas superficiais, todos os projetos de canalização de córregos, no limite do município, deverão ser submetidos à aprovação pelo Conselho do Plano Diretor, evitando-se obras custosas e desnecessárias;
- XXVI- destinar os recursos oriundos do ICMS Ecológico, das taxas de recomposição florestal dos usuários de lenha e das autuações oriundas

de infrações administrativas ambientais municipais, para aplicação em ações em preservação e conservação do Meio Ambiente;

- XXVII- todas as compensações oriundas de infrações, abates e supressões de vegetação ocorridas no território do município devem ser feitas dentro do próprio território municipal;
- XXVIII- no que se refere a todas as formas de resíduos, sejam comerciais, industriais, agrícolas ou de obras, o Poder Público deve utilizar sempre o princípio poluidor/pagador ou gerador/pagador.

Art. 11. Para a realização das diretrizes da política ambiental, a ação estratégica adotada será o Plano Municipal do Meio Ambiente, elaborado pelo Poder Executivo, no prazo de 01(um) ano a partir da promulgação desta lei complementar, contendo no mínimo, as seguintes ações:

- I- mapeamento da área de entorno do reservatório Chavantes no território do município com detalhamento qualitativo e quantitativo dos seguintes elementos: atividades agropecuárias (agricultura, pecuária, reflorestamento), vegetação, área de interesse social, área de utilidade pública, áreas e equipamentos turísticos, loteamentos de primeira e segundas residências;
- II- ações para adaptação dos loteamentos existentes em relação à infraestrutura e aos equipamentos urbanos, protegendo as águas e possibilitando a aplicação dos limites de APP típica de áreas urbanas;
- III- estabelecimento de critérios para avaliação de intervenções e construções de baixo impacto, com divulgação ampla junto aos construtores, aos agricultores e à população ribeirinha;
- IV- diagnóstico sócio-ambiental que caracterize e avalie a situação de salubridade ambiental no município, por meio de indicadores sanitários, epidemiológicos e ambientais;
- V- definir metas e diretrizes gerais da política ambiental, com base na compatibilização, integração e ordenação das ações de saneamento básico, drenagem das águas pluviais, resíduos sólidos, controle de riscos ambientais e gestão ambiental;
- VI- definição dos recursos financeiros necessários, das fontes de financiamento e formas de aplicação principalmente ao que se refere ao inciso II deste artigo 11;
- VII- caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução de ações propostas principalmente no que se refere ao inciso II deste artigo 17 ;
- VIII- definir metas e diretrizes para ampliar as medidas de saneamento básico para as áreas deficitárias da represa,

- IX- fixar, no prazo de 12(doze) meses da promulgação desta lei complementar, procedimentos para a correta execução dos sistemas de proteção às águas, nas áreas sensíveis da represa, conforme inciso II;
- X- regulamentar e exigir a adequação das instalações industriais, de comércio e serviços existentes às margens de todos os cursos d'água na área urbana, bem como reforçar a fiscalização para garantir que a atividade industrial esteja em conformidade com os parâmetros ambientais vigentes;
- XI- promover, após estudo específico, a eliminação de atividades localizadas nas áreas urbanizadas que ameacem a saúde da população, como pocilgas e similares;
- XII- desenvolver plano de urbanização de ruas e praças no núcleo urbano, com a participação da população, a fim de promover conforto e qualidade ambiental;
- XIII- estimular a criação do horto municipal;
- XIV- promover a proteção e o reflorestamento das nascentes e margens dos rios no Município de Fartura, notadamente no manancial da Represa de Chavantes que serve ao abastecimento da cidade;
- XV- exigir o cumprimento das medidas mitigadoras, compensatórias e programas de monitoramento aprovados nos EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança das indústrias já instaladas e das que vierem a instalar-se no Município de Fartura.
- XVI- ficam, os órgãos municipais responsáveis pela análise e aprovação de projetos públicos e privados, obrigados a encaminhar para a Coordenadoria Municipal do Meio Ambiente, projetos de empreendimentos que causem impacto ao meio ambiente urbano ou rural no território do município de Fartura, enquadrados nos níveis 4 e 5 do **anexo ...**, não licenciáveis pelos demais órgãos responsáveis;
- XVII- proibir a queima da cana-de-açúcar no território do município a partir da promulgação da presente Lei Complementar;

Parágrafo único. Nas ZUDs e na Zona Especial de Interesse Turístico da MZ-2 indicadas no **anexo...**, a APP – Área de Preservação Permanente, será, no mínimo, de 30 (trinta) metros.

Texto apresentado em 12/09/11

DA POLITICA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Art. 12. A política municipal de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o uso e ocupação do solo urbano proporcionando crescimento planejado e qualidade de vida à população.

Art. 13. A política de Desenvolvimento Urbano é composta das políticas setoriais de Uso e Ocupação do Solo, Habitação e Transporte, Mobilidade e Acessibilidade.

Art. 14. São diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano:

- I- Investir na qualificação técnica do trabalho de elaboração de projetos, de acompanhamento e assessoria técnica, e de fiscalização da qualidade das obras e serviços contratados;
- II- Criar e disponibilizar banco de dados único, no qual constem os cadastros de todas as Políticas Setoriais;
- III- estimular a criação de associações de amigos de bairro.

Art. 15 São diretrizes da política de uso e ocupação do solo:

- I- o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;
- II- o direcionamento do crescimento e do desenvolvimento, observando-se os alicerces da sustentabilidade;
- III- a definição de parâmetros e índices técnicos e urbanísticos, tendo por objetivo o equilíbrio do adensamento populacional;
- IV- estabelecimento de critérios de uso e de parâmetros relativos ao impacto de vizinhança;
- V- a distribuição eqüitativa dos equipamentos públicos e comunitários;
- VI- a garantia de moradia digna para a população de baixa renda;
- VII- a garantia da proteção e/ou preservação de áreas de interesse ambiental e histórico-cultural;
- VIII- o adensamento sobre os vazios urbanos e por novos parcelamentos com o aproveitamento total da infra-estrutura instalada;

Art. 16. Para a realização das diretrizes da política de uso e ocupação do solo adotar-se-ão as seguintes ações estratégicas:

- I- delimitação do novo perímetro urbano conforme mapa e memorial descritivo...
- II- implementar o macrozoneamento;
- III- destinar áreas para Habitação de Interesse Social nas zonas adensáveis;
- IV- destinar áreas de interesse turístico;
- V- implementar sistema de áreas verdes, de lazer e de proteção ambiental;
- VI- criar mecanismos de incentivo para a preservação dos imóveis de interesse histórico-cultural e ambiental-ecológico;
- VII- induzir a ocupação dos vazios urbanos nas zonas adensáveis;
- VIII- utilizar critérios da sustentabilidade para novas ocupações;
- IX- implantar equipamentos públicos e comunitários;
- X- atualizar e regulamentar o Código de Obras, no prazo de 06(seis) meses, a partir da promulgação desta Lei complementar;
- XI- intensificar a fiscalização do uso e ocupação do solo, zelando pelo fiel cumprimento da legislação vigente;
- XII- Todas as propostas de implantação de novos loteamentos deverão passar pela aprovação do Conselho do Plano Diretor;
- XIII- Os novos loteamentos e conjuntos habitacionais deverão ser dotados de passeio público com, no mínimo, 02(dois) metros de largura;
- XIV- Utilização de lajotas no calçamento das vias públicas, evitando-se o asfaltamento;
- XV- Elaboração de diagnóstico dos principais conflitos urbanos com o objetivo de elaboração de políticas setoriais adequadas às características do município;
- XVI- Fornecimento de licença para instalação de empresas / empreendimentos com nível de incomodidade maior ou igual a 3 (três) (anexo ...) ficam condicionadas a aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor;
- XVII- Fornecimentos de licenças para a instalação de novas confecções ficam condicionadas a aprovação do Conselho Municipal do Plano Diretor.
- XVIII- Definir e disciplinar, por meio de legislação específica, as obras e atividades causadoras de impacto urbanístico, para as quais deverão ser apresentados estudos de impacto urbanístico e ambiental.

XIX-Estimular a aquisição de áreas para a construção de parques públicos;

XX- Exigir o cumprimento das medidas mitigadoras, compensatórias, e programas de monitoramento aprovados nos EIV – Estudo de Impacto de Vizinhaça das indústrias já instaladas e das que vierem a instalar-se no Município de Fartura;

XXI- Desenvolver plano de urbanização de ruas e praças no núcleo urbano, com a participação da população, a fim de promover conforto e qualidade ambiental;

XXII-Desenvolver estudos que permitam a recuperação ambiental de áreas ou imóveis com problemas de contaminação industrial ou outros para a implantação de projetos habitacionais.

POLÍTICA DE HABITAÇÃO FARTURA 28/06

Art. 17 O Plano Municipal de Habitação de Fartura tem como objetivo geral estabelecer um marco de referência para a política habitacional do Município, tanto no que diz respeito aos princípios, às diretrizes e aos objetivos que a orientam, quanto com respeito aos recursos e instrumentos necessários ao enfrentamento das necessidades habitacionais atuais e futuras.

Art. 18 O Plano Municipal de Habitação tem como fundamento os seguintes princípios:

- I. A função social da cidade e da propriedade, conforme o Art. 182 da Constituição Federal, regulamentado pelo Estatuto da Cidade e ratificado pela Lei Federal 11.124, que estabelece que a propriedade imobiliária cumpre a sua função social quando é utilizada, entre outros usos, para habitação, especialmente de Interesse Social (HIS).
- II. A sustentabilidade, entendida, conforme art. ~~tal~~ do Plano Diretor, como o desenvolvimento local socialmente justo, ambientalmente equilibrado e economicamente viável, visando garantir qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.
- III. A gestão democrática e participativa da política habitacional, incorporando a participação dos diferentes segmentos da sociedade em sua formulação, execução e acompanhamento, conforme Art. ... do Plano Diretor e garantindo a descentralização, o controle social e a transparência dos procedimentos, decisórios conforme o Art. 4º da Lei Federal 11.124. [não existe 20/06 – necessidade de diagnostico](#)
- IV. A co-responsabilidade pelo atendimento às demandas habitacionais entre as diversas esferas de governo – municipal, estadual e federal – e

demaís segmentos e atores sociais que possam concorrer com sua efetivação.

- V. A compatibilidade e integração com as políticas habitacionais federal, estadual, bem como com as demais políticas setoriais do município, em particular com as políticas de desenvolvimento urbano, ambientais, de mobilidade urbana e de inclusão social, conforme o estabelecido no Art. 4º da Lei Federal 11.124.
- VI. A garantia à moradia digna como direito universal e fator de inclusão social.
- VII. O reconhecimento da existência de demandas específicas e diferenciadas, tais como a população portadora de necessidades especiais, população idosa, população infantil, e o reconhecimento da desigualdade de gênero, requerendo atendimento diferenciado e adequado às necessidades específicas dessas demandas.

Art. 19 O Plano Municipal de Habitação determina como objetivos da política municipal de habitação:

- I. Garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra urbanizada, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, ampliando a oferta de habitações e melhorando as condições de habitabilidade da população de baixa renda.
- II. O atendimento às necessidades habitacionais do conjunto da população, atuando de forma diferenciada segundo os segmentos de renda da população, tendo como prioridade o atendimento à comunidade.
- III. Estimular a produção de Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP) por demais agentes da produção habitacional, tais como a iniciativa privada e as associações e cooperativas populares de produção de moradias.
- IV. Garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental dos programas habitacionais, através de sua articulação com as políticas de desenvolvimento econômico e social e de gestão ambiental.
- V. Reverter o processo de segregação sócio-espacial na cidade, por intermédio da oferta de áreas, do incentivo e indução à produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, bem como pela urbanização e regularização dos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda.

VI. Coibir o espraiamento da ocupação habitacional e o adensamento populacional nas Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais. Melhorar o texto -

Art. 20 Para o pleno atendimento dos objetivos da política habitacional do município, o Plano Municipal de Habitação estabelece como suas diretrizes:

- I- Integrar as ações em habitação com as demais políticas urbanas, sociais e ambientais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade, incluindo o acesso a equipamentos sociais e de infraestrutura urbana, condições adequadas de mobilidade urbana e a proteção dos recursos naturais e da paisagem. Repetição
- II- Garantir o melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes, de forma a reverter a tendência de expulsão da população de baixa renda para áreas da cidade menos dotadas de infraestrutura, áreas de risco e de proteção ambiental.
- III- Viabilizar a reabilitação e o repovoamento de áreas centrais, mediante reforma e reciclagem de edifícios vazios ou subutilizados, e a produção de novas unidades habitacionais, particularmente em terrenos vazios ou subutilizados, utilizando os instrumentos previstos no Plano Diretor que induzem e estimulam o uso habitacional de interesse social e de mercado popular nessas áreas, bem como estimulando a permanência da população de renda média, de forma a garantir a máxima diversidade social e de usos nessas áreas. Melhorar texto e ver se será aplicado. Determinar áreas de aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade
- IV- Promover a requalificação urbanística e a regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares, e sua plena inserção nos serviços de controle e manutenção urbanos comuns a toda a cidade.
- V- Promover a melhoria das moradias em assentamentos precários, urbanizados ou em processo de urbanização, através de ações de assistência técnica à autoconstrução e para reforma, ampliação ou melhoria das habitações. Posto de atendimento aos munícipes – Prefeitura atuar como facilitadora
- VI- Garantir que não ocorra o adensamento e a ampliação dos assentamentos precários, urbanizados ou não.
- VII- Garantir, em casos de necessidade de remoção de famílias em áreas de risco, ou por necessidade de obras de urbanização, o atendimento habitacional das famílias a serem removidas, com a participação destas no processo de decisão.
- VIII- Estimular parcerias entre os setores público, privado e associações e cooperativas populares em projetos de provisão de novas oportunidades habitacionais. Repetição

- IX- Assegurar o apoio e o suporte técnico às iniciativas individuais ou coletivas da população para produzir ou melhorar sua moradia. [Manter em estudo – moradia econômica ampliar para reformas](#)
- X- Garantir o incentivo e apoio à formação de agentes promotores e financeiros não estatais, a exemplo das cooperativas e associações comunitárias autogestionárias na execução de programas habitacionais.
- XI- Criar ou consolidar programas, projetos ou ações que viabilizem a ocupação habitacional nas ZEIS [\(a determinar no zoneamento do PD\)](#).
- XII- [Os lotes das Zonas de Interesse Social \(ZEIS\) deverão ter testada mínima de 08 \(oito\) metros e área mínima de 160\(cento e sessenta\) metros quadrados.](#)
- XIII- Organizar e manter programa de aquisição ou disponibilização de terras e imóveis para Habitação de Interesse Social, utilizando os instrumentos disponíveis e outros.
- XIV- Aprimoramento do sistema de banco de dados de áreas públicas, garantindo informações atualizadas acerca da origem, destinação, uso e regularidade perante o registro de imóveis, identificando imóveis aptos a viabilizar programas habitacionais.
- XV- Contemplar, nos programas habitacionais, alternativas como o aluguel social, incrementando o comércio e o aproveitamento de imóveis usados ou vazios.
- XVI- Implementação e aperfeiçoamento dos diversos institutos jurídicos e das legislações específicas que regulamentam o acesso à moradia. [\(convenio Cidade Legal\)](#)
- XVII- Atuar na busca de resoluções, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, para os problemas relativos à aprovação e registro dos parcelamentos e dos lotes resultantes dos processos de urbanização.
- XVIII- Desenvolver política de subsídios à Habitação de Interesse Social, decrescente conforme a renda, até a faixa de Habitação de Mercado Popular, viabilizando a manutenção das famílias de menor poder nas linhas de financiamento público.
- XIX- Articular de forma democrática as instâncias municipal, estadual e federal de política e financiamento habitacional, visando à otimização dos recursos disponíveis.
- XX- Aprimorar e ampliar a captação de recursos junto a outras esferas de governo (federal e estadual) e agentes financeiros (CEF, BNDES), para projetos habitacionais;
- XXI- Destinar recursos provenientes da [outorga onerosa](#) do direito de construir para investimentos nos diversos programas habitacionais de interesse social e urbanização e regularização de assentamentos precários.

- XXII- Incentivar a auto-gestão como instrumento de controle, pela população, dos empreendimentos habitacionais de interesse social e de mercado popular e de redução dos custos de produção.
- XXIII- Garantir, no caso da criação de programas específicos, critérios de financiamentos habitacionais públicos compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão, bem como reserva da parcela das unidades habitacionais de interesse social para idosos;
- XXIV- Atender as necessidades habitacionais da população considerada em situação de vulnerabilidade;
- XXV- Desenvolver ações visando à solução de pendências contratuais e de regularização de registros imobiliários, relacionadas à produção habitacional já realizada (conjuntos habitacionais, por ex.).
- XXVI- Estimular a diversidade de soluções arquitetônicas e urbanísticas nos projetos habitacionais, tendo em vista as características diferenciadas de suas demandas e as condicionantes do meio físico, visando a melhoria da qualidade paisagística e ambiental dos empreendimentos habitacionais e a adequação às necessidades de suas demandas.
- XXVII- Estabelecer parâmetros edilícios e urbanísticos, bem como procedimentos de aprovação, específicos para os empreendimentos habitacionais de interesse social.
- XXVIII- Estimular e desenvolver tecnologias de projeto, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais voltados para o princípio do desenvolvimento sustentável, contemplando alternativas de conservação de água e energia, reciclagem de resíduos sólidos, valorização das áreas verdes e de lazer, e que também atendam à qualidade e à redução de custos.
- XXIX- Estimular e desenvolver tecnologias de projeto, construção e manutenção dos prédios públicos utilizando-se os parâmetros indicados no inciso anterior;
- XXX- Investir na qualificação profissional técnica do trabalho de elaboração de projetos, acompanhamento, assessoria técnica e fiscalização da qualidade das obras e serviços contratados
- XXXI- Proposta: elaboração do PLHIS – no prazo de 06(seis) meses da promulgação da presente Lei Complementar.
- XXXII- Consolidar o Conselho Municipal de Habitação e demais instâncias de participação popular.
- XXXIII- Articular as ações da política habitacional a programas dirigidos à inclusão social.

- XXXIV- Viabilizar o fornecimento ou o acesso à assessoria jurídica, de engenharia e de arquitetura a indivíduos, entidades, grupos comunitários e movimentos na área de habitação de interesse social.
- XXXV- Promover e reconhecer a diversidade e complementaridade dos programas e ações, tendo em vista a diversidade da demanda.
- XXXVI- Desenvolver esforços, junto às demais Prefeituras da Região de Fartura e instâncias de articulação regional, para a elaboração de diagnóstico conjunto da questão habitacional na região;
- XXXVII- Desenvolver esforços junto ao CDHU, visando alteração nos critérios de distribuição das unidades habitacionais

Texto apresentado em 12/09

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E MOBILIDADE

Art.21 - A Política Municipal de Trânsito, Transporte e Mobilidade visa garantir a mobilidade do cidadão, assegurando as condições necessárias ao exercício das funções de circular, locomover-se, parar e estacionar, facilitando os deslocamentos e a circulação, tendo como diretrizes:

- I- inserir a política de trânsito, transporte e mobilidade como elemento da questão ambiental, incorporando novas abordagens para orientar as intervenções no ambiente urbano, considerando os conceitos de ambiência e qualidade do espaço, poluição sonora, qualidade do ar, permeabilidade do solo e densidade da cobertura vegetal;
- II- Integrar o município ao Sistema Nacional de Trânsito;
- III- priorizar a proteção individual dos cidadãos e do meio ambiente no aperfeiçoamento da mobilidade urbana, circulação viária e dos transportes;
- IV- promover a acessibilidade, facilitando o deslocamento no Município, através de uma rede integrada de vias, ciclovias, com segurança, autonomia e conforto, especialmente aos que têm dificuldade de locomoção.
- V- Promover a sinalização de todo espaço viário, obedecendo a legislação vigente;
- VI- equipar e estruturar adequadamente o Poder Público Municipal quanto à engenharia de trânsito e transporte, com fiscalização adequada do transporte público, promovendo a adequação do sistema viário e sua sinalização ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

Art. 22 O Poder Executivo Municipal desenvolverá Plano de Trânsito, Transporte e Mobilidade Municipal que, mediante a avaliação do impacto urbanístico e ambiental, contemplando, entre outros aspectos:

- I - um programa de ciclovias, de forma a interligar as regiões da cidade, garantindo segurança ao ciclista, e interligando-se ao transporte coletivo e a estacionamentos para bicicletas;
- III - um plano de regulamentação e melhoria das estradas municipais, através de convênios com órgãos federais e estaduais, para manutenção e conservação, melhorando sua trafegabilidade, propiciando um melhor escoamento da produção agrícola e industrial;
- IV - a progressiva melhoria e interligação do sistema viário;
- V- estudar a viabilidade de melhorar o acesso do transporte de passageiros até o terminal rodoviário

Art. 23 São diretrizes para o transporte coletivo escolar, a serem estudadas quanto à viabilidade técnica, econômica, ambiental e social:

- I- favorecer condições de acesso às escolas através da melhor qualidade no transporte coletivo **escolar** e nas condições das estradas rurais;
- II- adequar o transporte coletivo **escolar** para que se integre à rede de acessibilidade;

Art. 24 São objetivos do planejamento do trânsito:

- I- inserir transporte e trânsito como elementos da questão ambiental, incorporando novas tecnologias para orientar as intervenções no ambiente urbano, considerando os conceitos de ambiência e qualidade do espaço, poluição sonora, qualidade do ar, permeabilidade do solo e densidade da cobertura vegetal;
- II- equacionar o abastecimento e a distribuição de bens dentro do Município, de modo a reduzir seus impactos sobre a circulação viária e o meio ambiente;
- III- garantir o uso público do espaço público, priorizando o pedestre, solucionando ou minimizando conflitos existentes entre a circulação a pé, o ciclista e o trânsito de veículos, oferecendo qualidade na orientação, sinalização e no tratamento urbanístico de áreas preferenciais para o seu deslocamento;
- IV- reduzir os impactos negativos da circulação indiscriminada de veículos, através de minimização do uso de automóveis;

Art. 25 São ações estratégicas, a serem desenvolvidas de acordo com plano específico de trânsito, transporte e mobilidade:

- I- melhorar a sinalização turística e de trânsito, priorizando os cruzamentos mais perigosos e de maior tráfego;
- II- estudar mudanças no funcionamento do sistema viário, para garantir maior fluidez e segurança;
- III- definir políticas de estacionamento de modo a favorecer o comércio, garantindo parâmetros paisagísticos e ambientais para as áreas de estacionamento;
- IV- conscientização dos comerciantes e comerciários e população (estacionamento)
- V- inserir o Trânsito de forma transversal na Educação;
- VI- estabelecer horários especiais de tráfego de veículos de transporte de cargas, bem como restrições de tonelagem nos principais eixos ou áreas da cidade; promover medidas reguladoras para o uso de veículos de propulsão humana e tração animal;
- VII- novos empreendimentos deverão obedecer às dimensões abaixo especificadas, visando a fluidez e segurança do trânsito:
 - a. Via principal: 13 metros, distribuída para o leito carroçável de 9 metros com 2,0 metros calçada de cada lado, com perfil longitudinal com inclinação mínima de 1% e máxima de 10%.
 - b. Via secundária: largura mínima de 11 metros, distribuída para o leito carroçável de 7 metros com 2,0 metros de calçada de cada lado.
 - c. Rua não contínua com término em rotatória (rua sem saída): largura mínima de 11 metros, distribuída para o leito carroçável de 7 metros com 2,0m de calçada de cada lado
 - d. Avenida: largura mínima de 23 metros, distribuída em no mínimo 9 metros para cada leito carroçável com 1 metro de canteiro central e 2 metros de calçada de cada lado.
 - e. Vias Sanitárias: largura mínima de 3 metros- (pavimentadas)
 - f. Passagem de pedestres: largura mínima de 4 metros.
- VIII- Melhorar o acesso as Rodovias que ligam Fartura, através da construção de rotatórias;
- IX- Destinar local apropriado para a realização dos exames de autoescola.
- X- Estudar a largura ideal das ruas para novos loteamentos, visando a fluidez e segurança do trânsito.

DA ACESSIBILIDADE

Art. 26 São ações estratégicas quanto à acessibilidade:

- I- consolidar e ampliar áreas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres;
- II- criar programa de incentivo e apoio à adequação de passeios públicos para a passagem de pedestres e pessoas com deficiência, priorizando corredores comerciais, equipamentos públicos, conectados aos pontos de ônibus, e promovendo a permeabilidade e a presença do verde;
- III- promover a adequação de todos os edifícios públicos para o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- IV- criar condições de segurança nos pontos em que há cruzamento de fluxos de pedestres e ciclistas com o trânsito rodoviário.
- V- estudar a possibilidade de ampliar os acessos dos bairros Vila de Fátima, Parque das Flores e Jardim da Serra para área central, passando pelo Ribeirão Fartura (construção de uma nova Ponte).

DISCUSSAO 270911

DO SISTEMA VIÁRIO RURAL

Art 27 - O Sistema Viário Rural é composto pelas estradas rurais situadas fora do perímetro urbano do Município, de domínio público por apossamento ou por destinação.

Art. 28 - As estradas municipais serão classificadas em:

- a) vicinal rural não pavimentada
- b) vicinal rural pavimentada

Parágrafo No prazo de 01(um) ano o Executivo Municipal deverá elaborar o mapeamento das estradas rurais, levando em conta a intensidade de uso, podendo redefinir a classificação em uso.

Parágrafo 2 Até que seja atendido o disposto no caput deste artigo, os limites mínimos para as estradas vicinais não pavimentadas será de 08(oito) metros de largura.

Art. 29 - Ao longo das estradas vicinais pavimentadas deverá ser reservada uma faixa não edificante de 05 (cinco) metros de cada lado da faixa de domínio definida, excetuados os pontos de parada de ônibus ou similares.

Art. 31 - Compete ao Poder Público Municipal, sozinho ou em parceria com dos demais Poderes ou com a iniciativa privada:

- I- conservar as estradas municipais rurais, de modo a ter trafegabilidade durante todo o ano, assegurando às comunidades o atendimento de suas necessidades básicas;
- II- permitir aos produtores rurais o transporte seguro de insumos e o escoamento da produção agrícola e industrial cerâmica, valorizando e estimulando a produção;
- III- efetuar sinalização adequada ao longo das estradas, inclusive turística;
- IV- efetivar o licenciamento ambiental na faixa marginal das estradas, quando necessário.

Art. 32 - Compete aos proprietários lindeiros do sistema rodoviário Municipal receber as águas de escoamento das estradas e caminhos, desde que sejam tecnicamente conduzidas por camaleões, curvas de nível e bacias de contenção, podendo aquelas atravessarem tantas quantas forem as propriedades a jusante até que sejam moderadamente absorvidas pelo solo ou seu excesso despejado em manancial receptor natural.

§ 1º - Não haverá indenização pela área ocupada pelos canais de escoamento do prado escoadouro revestido especificamente para este fim.

§ 2º - O escoamento das águas das estradas e caminhos deverão ser tecnicamente conduzidos, de modo a:

- I - não causar erosão e degradação do solo em propriedades agrícolas;
- II - não poluir cursos d'água;
- III - não obstruir o tráfego interno da propriedade.

Art. 33 - Fica expressamente vedado aos proprietários rurais, meeiros, arrendatários e todos aqueles que por qualquer tipo tenham a posse ou explorem a propriedade rural:

- I - efetuar qualquer tipo de obra que provoque a obstrução ou fechamento de escoadouros de águas pluviais que corram nos leitos das estradas municipais;
- II - efetuar qualquer tipo de obra em suas propriedades rurais que resultem em despejo de águas no leito das estradas municipais.

Art. 34 - Compete aos proprietários lindeiros, meeiros, arrendatários e todos aqueles que por qualquer tipo tenham a posse ou explorem a propriedade rural:

I - manejar o solo da propriedade de maneira a impedir que o escoamento superficial das águas pluviais atinja a estrada;

II - autorizar a retirada das cercas, quando necessário, podendo ser o serviço executado por ele próprio ou pela Prefeitura, sendo do proprietário o ônus do material para reconstrução.

Art. 35 - Nenhuma forma de obstáculo ou construção poderá ser feita ou executada no leito carroçável da estrada sem a prévia autorização do Setor responsável pelo Trânsito Municipal.

Art. 36 - Todo serviço de manutenção e adequação das estradas rurais será executado pela Prefeitura, podendo, quando houver interesse, e de comum acordo, ser executado por outros com autorização prévia do órgão responsável.

Art. 37 - O Setor de Obras, enquanto responsável pela conservação e manutenção das estradas, deverá efetuar verificações, inclusive levantando o seu estado de conservação e as obras nelas existentes e, quando necessário, notificando os proprietários lindeiros sobre eventuais irregularidades encontradas e responsabilizando-os pela devida correção.

Art. 38 – Deverá o Poder Executivo, através do setor competente, realizar diagnóstico e planejamento das ações de manutenção e conservação.

Parágrafo único – Anualmente o setor competente deverá publicar o calendário de reparo e conservação das estradas; 12/09

Art. 39 – O Coordenador ou Secretário do setor de obras e serviços deverá possuir qualificação técnica para o bom desempenho da função. 12/09

Discussão 24/05/11

DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 40 A política de desenvolvimento econômico do município tem por objetivo proporcionar qualidade de vida para a população, de forma sustentável e em equilíbrio, tanto na área urbana quanto na área rural.

Art. 41 A política de Desenvolvimento Econômico é composta das políticas setoriais de Agricultura, Comércio, Indústria e Serviços e Turismo.

Art. 42 São diretrizes gerais da Política de Desenvolvimento Econômico:

- I- incentivar a atração de investimentos públicos ou privados, nacionais e estrangeiros, compatibilizando o crescimento econômico, a geração de empregos e o equilíbrio ambiental;
- II- dinamizar a economia, integrando-se as atividades industrial, comercial, agrícola, cultural e turística;
- III- investir na qualificação de mão-de-obra;
- IV- criar de áreas de domínio público que permitam o acesso turístico à orla da represa;
- V- reduzir as disparidades sociais e econômicas, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda.
- VI- Promover a inclusão digital, através da internet gratuita.
- VII- Promover a capacitação os empresários e produtores urbanos e rurais;
- VIII- Incentivar o aproveitamento de todos os produtos e subprodutos;
- IX- Incentivar a diversificação das atividades econômicas existentes no município, evitando a concentração de uma única atividade.
- X- Incentivar a contratação de menores aprendizes;
- XI- Incentivar o uso de energia renovável na fabricação de materiais cerâmicos, de pães, pizzas e outros;
- XII- captar recursos públicos e ou privados acoplados aos dispositivos de planejamento específico, para a implementação dos Planos Setoriais;

Art. 43. São diretrizes da Política Setorial de Comércio, Indústria e Serviços:

- I- intensificar a fiscalização e normatização, em todos os estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e vendedores ambulantes, em todos os dias da semana, inclusive domingos e feriados;
- II- intensificar a fiscalização da vigilância sanitária sobre os estabelecimentos e vendedores ambulantes, fazendo-se cumprir a legislação;
- III- captar recursos públicos e ou privados visando a elaboração de Plano Setorial de Comércio, Indústria e Serviços;
- IV- intensificar a normatização e fiscalização de eventos em geral;
- V- estimular a elaboração de convênios e parcerias do Município com o Poder Público e com a iniciativa privada viabilizando a capacitação profissional;
- VI- promover a capacitação do empresário urbano;

- VII- viabilizar núcleos industriais organizados, saneados e ocupados de forma sustentável;
- VIII- investir na qualificação de mão-de-obra;
- IX- definir políticas de estacionamento de modo a favorecer o comércio, a atratividade do sistema de transporte público, garantindo parâmetros paisagísticos e ambientais para as áreas de estacionamento;
- X- estimular a criação de uma zona específica de confecções;
- XI- fomentar a elaboração de PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, em todos os segmentos e em especial no setor de confecções;
- XII- incentivar a correta utilização dos EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, em todos os segmentos e em especial no setor de confecções;
- XIII- auxiliar nos processos de licenciamentos ambientais das olarias e da exploração cerâmica;
- XIV- distrito industrial??? – o que fazer

Art. 44 – São diretrizes da política municipal da Agricultura:

- I- incentivar a permanência do pequeno agricultor na zona rural, com a criação de mecanismos de comercialização de produtos;*
- II- promover a capacitação do empresário rural no que se refere à utilização de insumos agrícolas, especialmente agrotóxicos;*
- III- elaborar programa eficiente de manutenção das estradas rurais;*
- IV- promover assistência técnica e extensão rural ao pequeno produtor;*
- V- incentivar e apoiar o desenvolvimento de pesquisas de novas tecnologias;*
- VI- estimular e apoiar a criação de associações e cooperativas de produtores;*
- VII- fomentar e organizar o abastecimento alimentar no Município;*

Queremos uma política de desenvolvimento rural que contemple a agropecuária, o fomento e o estímulo à agricultura que levará em consideração os seguintes:

- a) Um programa de manutenção das estradas vicinais eficiente;*
- b) Assistência técnica e extensão rural; capacitação de produtores, com garantia de infraestrutura operacional em programas priorizados pelo CMDR.*

- c) *Incentivo e apoio à pesquisa e à tecnologia; Ex; Laboratorio de Parasitologia e Transferência de embriões e viabilização do laboratório,*
- d) *Estímulo e apoio ao associativismo, especialmente o cooperativismo e associações comunitárias;*
- e) *Fomento da produção e organização do abastecimento alimentar no município; Ex; HORTALIMENTO*
- f) *Apoio à comercialização, transporte e armazenamento.*
- g) *Manutenção e proteção dos recursos hídricos; Ex; ADOTE UMA NASCENTE*
- h) *Políticas de uso e conservação do solo; Ex; MUTIRÃO DE ANALISE DE SOLO*
- i) *Patrulha mecanizada tendo em vista programar a irrigação, drenagem, conservação e preparo do solo, microbacias hidrográficas e outros serviços pertinentes à espécie;*
- j) *Incentivo a construção de fossa séptica nas propriedades rurais;*
- k) *Ações destinadas à fixação do homem ao campo, evitando-se o êxodo rural.*
- l) *Formação do Conselho Municipal de Agricultura e Pecuária, com a composição pertinente, sendo as atribuições definidas pelo conselho, principalmente a gestão dos recursos do setor. Reavaliar a municipalização dos técnicos.*
- m) *Criar mecanismos para ativação do SIM, para possibilitar agregação de valor aos produtos oriundos da atividade rural. Verificar a possibilidade do PD ter ingerência na administração municipal no tocante aos CARGOS DE CONFIANÇA, estipulando limites nas contratações, dando preferência aos profissionais concursados, com capacitação para as diversas funções. FORA DO SEGMENTO DA AGRICULTURA.*

Proposta Baqueta: estudar a possibilidade de cultivo nos 70 m das APPs nas áreas rurais 22.08.11 não existe é APP

Art. 45. *Para a realização das diretrizes da política municipal de agricultura, deverá o Poder Executivo, no prazo de 1 (um) ano a partir da promulgação da presente lei complementar, que deverá conter no mínimo:*

- I- medidas para fortalecer mecanismos de articulações entre governo e sociedade civil;*
- II- medidas para fortalecer a agricultura, tais como:*
 - a. implantação do SIM – Serviço de Inspeção Municipal;*
 - b. acesso à tecnologia;*

- c. gestão;*
 - d. organização rural;*
 - e. estudo de mercado;*
 - f. acesso ao crédito rural;*
 - g. segurança alimentar;*
 - h. conservação ambiental;*
 - i. ocupação do espaço agrário.*
- III- criação de programas de incentivo à implantação de agroindústrias no Município;*
- IV- incentivo ao manejo sustentável e agroecológico dos sistemas produtivos;*
- V- mapeamento, identificação e planejamento das estradas rurais e dos sistemas de saúde e educação na zona rural;*
- VI- programas de reversão do êxodo rural priorizando ações que melhorem a qualidade de vida do homem do campo;*
- VII- fortalecimento do sistema de coleta de lixo reciclável na zona rural;*
- VIII- programa de controle de comercialização e utilização de agrotóxicos em conjunto com as demais secretarias, com o objetivo de evitar a contaminação ambiental e de outras áreas produtivas, proteção do trabalhador, manutenção da qualidade dos alimentos e a destinação correta das embalagens;*
- IX- estudo da implantação de atendimento de saúde considerando o mapeamento constante na alínea “e”, juntamente com o Setor da Saúde.*

Texto trabalhado em 30/08/11
DA POLITICA DE TURISMO

Art. 46 São diretrizes da Política Municipal de Turismo:

- I. estabelecer o Plano Municipal de Turismo;*
- II. Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo dos faturenses;*
- III. Fomentar a competitividade do produto turístico faturense na região;*
- IV. Estruturar os receptivos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico faturense;*

- V. Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado regional/estadual e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada;
- VI. Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, oferecendo acesso aos portadores de necessidades especiais;
- VII. Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia produtiva do turismo;
- VIII. promover a ampliação e a diversificação do consumo do(s) produto(s) turístico(s);
- IX. Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade;
- X. Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística turística;
- XI. Estabelecer parcerias para a criação de um roteiro turístico regional (águas);
- XII. Integrar-se às esferas públicas federal, estadual, regional e macrorregional e o setor privado na construção do turismo farturense, promovendo a avaliação e o monitoramento do Plano Municipal de Turismo;
- XIII. Monitorar e avaliar os resultados do Plano Municipal de Turismo e as políticas públicas relacionadas ao turismo pelos impactos econômicos e socioambientais;
- XIV. Defender o interesse do turismo farturense;
- XV. Estabelecer parcerias com outros Setores da Administração Municipal para a realização de eventos, tais como: esportivos, culturais, e outros;
- XVI. Adotar incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investirem em projetos e eventos que visem à divulgação e o fortalecimento do turismo local;
- XVII. Fomentar a conscientização turística;
- XVIII. Criar leis de incentivo aos proprietários de terras onde se localizam nossos pontos turísticos, para que eles desenvolvam e/ou permitam o desenvolvimento do turismo em suas propriedades.

Art. 47 O Plano Municipal de Turismo deverá conter no mínimo as seguintes ações:

- I. Desenvolvimento do produto turístico farturense; (comida típica?
Lago? religião???)

- II. Estabelecer os pontos turísticos;
- III. Criação de calendário turístico;
- IV. Estabelecer circuitos turísticos;
- V. Incentivar e estimular proprietários da zona rural para desenvolverem, em suas propriedades, o turismo rural;
- VI. Incluir no calendário o turismo religioso, como as festas religiosas na zona urbana e rural e a procissão de Nossa Senhora dos Navegantes;
- VII. Melhorar a sinalização turística;
- VIII. Criação de um Posto de Informação Turística;

XV- camping municipal??? – turismo

DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 48 A política de Desenvolvimento Social é composta das políticas setoriais de Assistência Social, Cultura, Educação, Esportes e Saúde.

DA POLÍTICA DA ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 49 São objetivos da Política Municipal de Assistência Social a proteção social, a defesa social e institucional e a vigilância social, garantindo a partir do território de vivência das famílias, com prioridade àqueles registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros.

Art. 50 São diretrizes da Política Municipal de Assistência Social:

- I- Universalizar o acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais;
- II- Há que se empenhar na eliminação de todas as formas de preconceito incentivando o respeito à diversidade;
- III- garantir a participação dos segmentos sociais nas decisões ligadas à assistência social;
- IV- Defender permanentemente os Direitos Humanos;
- V- Consolidar a cidadania com vistas às garantias dos direitos civis, sociais e políticos;
- VI- atender às necessidades básicas da população em situação de vulnerabilidade ou risco social relativas à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- VII- Promover a integração ao mercado de trabalho;
- VIII- Garantir a igualdade de direitos no acesso ao atendimento;

- IX- Divulgar amplamente os benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como os recursos oferecidos pelo poder público e os critérios para sua concessão;
- X- Regulamentar os benefícios eventuais previstos na Lei Orgânica da Assistência Social;
- XI- Integrar a política municipal de assistência social às demais políticas públicas;
- XII- Tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- XIII- Promover ações para a eliminação das desigualdades sociais;
- XIV- Promover estudos sistemáticos que sirvam como subsídio para o monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados de impacto da política de assistência social;
- XV- Realizar parcerias com organizações da sociedade civil;
- XVI- Garantir mecanismos de fiscalização das ações da Política Municipal de Assistência Social;
- XVII- Estabelecer, em conjunto com outros municípios e o estado, mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente serviços de referência regional;
- XVIII- Realizar a Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda;
- XIX- Promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;
- XX- Promover a participação da sociedade na elaboração da Política Municipal de Assistência Social, especialmente dos seus usuários;
- XXI- Estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da Política de Assistência Social;
- XXII- Garantir condições políticas, financeiras e materiais para o pleno funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social, para o pleno exercício do Controle Social;
- XXIII- Aperfeiçoar o Sistema Único de Assistência Social no âmbito local através da instituição da cultura permanente de planejamento da gestão, organização e execução de serviços, programas e benefícios socioassistenciais;
- XXIV- Planejar continuamente e de forma participativa a política de Assistência Social em seu âmbito, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;
- XXV- Produzir, registrar, processar e utilizar informação como subsídio fundamental ao processo de planejamento e gestão do SUAS e manter

atualizadas as bases de dados dos subsistemas e aplicativos da REDE SUAS;

XXVI- Prestar informações que subsidiem o acompanhamento Estadual e Federal;

Art. 51 São ações de Responsabilidade da Gestão:

- I- Cumprir o que determina o artigo 15 da Loas, que estabelece as competências dos municípios com a Política de Assistência Social;
- II- Atender aos requisitos previstos no art. 30 e seu parágrafo único da LOAS, incluído pela Lei n.º 9.720/98, ou seja, a efetiva instituição e funcionamento do:
 - a. Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
 - b. Fundo Municipal de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social, sendo que o gestor do fundo deverá ser nomeado e lotado na Coordenadoria Municipal de Assistência Social;
 - c. Plano Municipal de Assistência Social, observados, no mínimo, 5%(cinco por cento) dos recursos orçamentários para sua implementação;
 - d. Alocação de recursos próprios destinados à Assistência Social, em seu respectivo Fundo Municipal de Assistência Social.
- III- Coordenar e organizar o SUAS em âmbito local;
- IV- Garantir a integralidade da proteção socioassistencial à população, exercendo essa responsabilidade de forma solidária e cooperativa com Estado e a União;
- V- Ofertar serviços em quantidade e qualidade aos usuários, conforme Tipificação Nacional de Serviços;
- VI- Organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com diagnóstico socioterritorial;
- VII- Organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;
- VIII- Organizar, articular e coordenar toda a rede de entidades de assistência social vinculadas ao SUAS, com o objetivo de conformar uma rede local organizada de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social;
- IX- Organizar e regular o fluxo de referências entre a rede de serviços da Proteção Social Básica e Especial, seja no município ou município de referência de acordo com a regionalização estabelecida, de modo a garantir o acesso da população;

- X- Participar da gestão do BPC – Benefício de Prestação Continuada, integrando-o à Política Municipal de Assistência Social, garantindo o acesso às informações a seus beneficiários;
- XI- Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC - Benefício de Prestação Continuada e dos Benefícios Eventuais;
- XII- Gerir os Programas de Transferência de Renda e Benefícios;
- XIII- Implantar os serviços de vigilância social;
- XIV- Instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;
- XV- Elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH;
- XVI- Monitorar a qualidade da oferta dos serviços vinculadas ao SUAS.

Art. 52 No prazo de 12(doze) meses da promulgação desta Lei Complementar, deverá ser realizado o Plano Setorial de Assistência Social, observando-se:

- I- A Fixação de parâmetros e normatização dos padrões de atendimento na rede municipal quanto aos programas de proteção social básica e especial;
- II- A Implementação de programas, projetos, serviços e benefícios da assistência social na promoção do convívio e da autonomia social;
- III- A Estruturação no órgão gestor de uma equipe de profissionais para o atendimento multidisciplinar à rede de proteção básica e especial, com profissionais das seguintes categorias: serviço social, psicologia, pedagogia e direito; além de uma equipe (técnica) de apoio composta por auxiliares administrativos, técnico em informática e agentes de desenvolvimento;
- IV- implantação ações de gestão do trabalho como um instrumento de ordenação do trabalho e parte prioritária na definição dos parâmetros e qualidade e eficácia dos serviços socioassistenciais prevendo equipes de referência e capacitação/formação;
- V- Valorização dos profissionais que atendem a demanda da Política Municipal da Assistência Social através de condições adequadas de trabalho, salários dignos, e capacitação e aprimoramento dos profissionais.
- VI- A Atuação intersetorial através de encontros planejados com as demais políticas setoriais, trimestralmente, e que contemplem a discussão de casos: crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, família entre outros.

- VII- desvincular os órgãos de controle social do órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social.

DA POLÍTICA DE CULTURA 30/08/11

Art. 53 A Política Municipal da Cultura é a que garanta a todos o pleno direito de terem acesso à cultura em seus diversos segmentos como: teatro, dança, música, poesia, literatura, pintura, cinema, museu, artesanato e as mais diversas formas de expressão cultural.

Art. 54 São princípios da Política Municipal de Cultura:

- I. liberdade de expressão, criação e fruição;
- II. diversidade cultural;
- III. respeito aos direitos humanos;
- IV. direito de todos à arte e à cultura;
- V. direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI. direito à memória e às tradições;
- VII. responsabilidade socioambiental;
- VIII. valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX. democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X. responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI. colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII. participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Art. 55 São Objetivos da Política Municipal da Cultura:

- I. Reconhecer e valorizar a Cultura como elemento transformador da sociedade;
- II. Reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional de Fartura;

Proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;

Valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais regionais;

Promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;

Universalizar o acesso à arte e à cultura;

- III. Estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
Estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
Desenvolver o consumo cultural;
- IV. Reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;
- V. Dar qualificação à gestão da área cultural nos setores público e privado;
Profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;
Implementar a política pública de cultura através da elaboração dos planos municipal plurianuais e anuais de cultura;
Consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;
- VI. Garantir a gestão participativa da Cultura
- VII. Integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura.
- VIII. Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações da política de cultura.
- IX. Inserir a Cultura de forma transversal nas disciplinas curriculares do ensino municipal.
- X. A utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

Art. 56 São diretrizes da Política Municipal da Cultura:

- I. Estimular e apoiar as produções culturais promovidas por agentes locais, ou que tenham a região como objeto;

- II. Estabelecer programas de cooperação técnico-financeira com instituições públicas e privadas que, potencialmente, podem incentivar e participar de realização das atividades culturais;
- III. Estimular a criação de espaços próprios para a realização, produção e preservação de projetos e bens culturais, tais como museus, centros culturais, bibliotecas, arquivos, com especial atenção àquelas atividades desenvolvidas pelas comunidades de baixa renda; grupo de catira, roda de viola,
- IV. Implantar convênios com empresas do setor editorial, com vistas à ampliação, manutenção e renovação do acervo de nossa biblioteca municipal e biblioteca circulante;
- V. Estabelecer uma programação de eventos e atividades culturais nas escolas da rede pública para informar e despertar a criatividade dos estudantes;
- VI. Adotar incentivos fiscais que estimulem as empresas privadas a investir na produção cultural e artística do município;
- VII. Prever a localização dos equipamentos em pauta com base nos instrumentos necessários a reservas dessas áreas de acordo com os Planos Locais de Urbanização;
- VIII. Implantar uma escola municipal de teatro e apoiar os grupos existentes ou que venham a serem criados;
- IX. Garantir o acesso ao aprendizado musical nas escolas públicas municipais por meio da banda municipal;
- X. Resgatar, através da música sertaneja, a história e tradição da nossa região, apoiando os grupos de viola e promovendo festivais da música sertaneja;
- XI. Implantar realização de festivais culturais (musica, dança, teatro...) abordando os diversos estilos;
- XII. Criar o calendário anual das atividades culturais;
- XIII. Oferecer aos grupos culturais local adequado para ensaios e apresentações;
- XIV. criar projeto de delimitação das áreas especiais de interesse cultural.

DA POLITICA DA EDUCAÇÃO

DOS OBJETIVOS

Art.São objetivos da Educação Municipal no contexto deste Plano Diretor:

- I. ~~Implementar-Fortalecer~~ na cidade uma política educacional unitária, construída democraticamente.
- II. Articular a política educacional ao conjunto de políticas públicas municipais, compreendendo o indivíduo enquanto ser integral, com vistas à inclusão social e cultural com equidade.

- III. Formar cidadãos participativos capazes de compreender criticamente a realidade social, conscientes de seus direitos e responsabilidades.
- IV. Promover a autonomia da escola e a participação democrática na gestão da Educação Municipal.
- V. Favorecer a inovação do processo educativo, valorizando novas idéias e concepções pedagógicas.

DAS DIRETRIZES

Art. São diretrizes da Educação Municipal:

- I. Cumprir as legislações federal, estadual e municipal aplicáveis, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou outra que a substitua.
- II. Garantir a qualidade de ensino e a quantidade de vagas nas escolas públicas, bem como o acesso e a permanência do aluno na rede municipal escolar, inclusive àqueles que não o tiveram em idade apropriada.
- III. Promover a inclusão e o atendimento dos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino, oferecendo atendimento adequado.
- IV. Incentivar a gestão participativa nos conselhos, nas associações e outras organizações de forma permanente e contínua.
- V. Aplicar os recursos estabelecidos por lei e os demais investimentos do Poder Público Municipal em obras, programas e ações educacionais.
- VI. Estimular a participação do Conselho Municipal de Educação na implementação, supervisão e fiscalização das ações da Educação Municipal.
- VII. ~~Estimular e fortalecer~~ Assistir e apoiar a participação dos pais, professores e sociedade civil nos Conselhos de Escolas, Associações

de Pais e Mestres e no Conselho Municipal de Educação de forma permanente e contínua.

VIII.~~Incentivar~~ **Acompanhar** a auto-organização dos estudantes por meio da participação na gestão escolar, em associações coletivas, grêmios e outras formas de organização.

IX. Valorizar e capacitar os profissionais da Educação, mediante cumprimento do Estatuto e do Plano de Carreira e Vencimentos através de cursos, seminários, palestras, da melhoria das condições de trabalho, de salário e de outros.

X. Garantir a utilização da escola como um espaço aberto de: saúde, promoção social, cultura, esporte, lazer e recreação, onde possam ser desenvolvidos projetos específicos elaborados intersetorialmente e de forma multidisciplinar, que atendam às necessidades e os interesses da região onde se localiza em articulação com outras coordenadorias municipais.

XI. Promover a articulação das escolas com outros equipamentos sociais e culturais do município e com organizações da sociedade civil, de modo a proporcionar através de projetos em contra-turno, atenção integral as faixas etárias atendidas.

XII. Incentivar o uso de novas tecnologias de informação e comunicação ao processo educativo.

XIII. Promover ampla mobilização para a superação do analfabetismo, reconstruindo experiências positivas já realizadas e reivindicando a colaboração de outras instâncias de governo.

XIV.~~Promover~~ **Permitir** a ~~flexibilização~~ **criação de** ~~des~~ cursos profissionalizantes adequados as novas demandas do mercado de trabalho e sua articulação com outros projetos voltados à inclusão social.

XV. Apoiar e estimular a implantação de cursos de nível superior, voltados à atividade econômica da região.

DAS AÇÕES

Art.Para cumprimento dos objetivos e das diretrizes educacionais, são consideradas ações da Educação Municipal:

- XVI.** Incentivar, anualmente, a participação das escolas municipais nas avaliações externas oferecidas pelos governos estadual e federal, para servir de parâmetro à melhoria da qualidade do ensino.
- XVII.** ~~Estimular~~ **Apoiar** convênios com entidades filantrópicas para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos de idade e para o AEE – Atendimento Educacional Especializado, **desde que haja comprovada demanda significativa da população alvo.**
- XVIII.** Priorizar a construção de novos estabelecimentos de ensino e creches nos locais em que for comprovada demanda significativa da população alvo.
- XIX.** ~~Promover~~ **Propor** reformas nas escolas **necessitadas**, dotando-as com recursos físicos, materiais pedagógicos e humanos, ~~além de adaptá-las para o ensino aos portadores de necessidades educacionais especiais.~~
- XX.** Acompanhar projetos de ~~Renda Mínima~~ — transferência de renda a famílias de baixa renda à permanência dos dependentes na escola – articulados com as demais coordenadorias.
- XXI.** ~~Reformular~~ **Readequar** o Plano Municipal de Educação em consonância com as esferas estadual e federal e, em conjunto com representações da sociedade civil e outras do governo e com a participação e aprovação do Conselho Municipal da Educação.
- XXII.** Acompanhar a elaboração anual do Plano Diretor Escolar e/ou Projeto Político Pedagógico em todas as unidades de ensino, com a participação de todos os segmentos da instituição e a aprovação do respectivo Conselho de Escola.

DOS ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

Art. 60 São objetivos no campo de Esportes, Lazer e Recreação:

- I- alçar o esporte, o lazer e a recreação à condição de direito dos cidadãos e considerá-lo dever do Município;
- II- manter em funcionamento pleno as áreas livres municipais destinadas ao esporte e ao lazer;
- III- oferecer acesso universal e integral às práticas esportivas, promovendo bem-estar e melhoria da qualidade de vida.

Art.... São diretrizes do campo de Esportes, Lazer e Recreação:

a recuperação dos equipamentos de esportes, adequando-os à realização de eventos e espetáculos esportivos;

- I- a garantia do acesso dos portadores de necessidades especiais aos equipamentos esportivos municipais;
- II- a ampliação e a otimização da capacidade dos equipamentos esportivos municipais, propiciando melhor atendimento à população;
- III- elaboração de diagnósticos, identificando áreas que necessitem de investimentos visando à ampliação da rede de equipamentos da Administração Direta e Indireta;
- IV- estimular a implantação de unidades esportivas em regiões mais carentes;
- V- possibilitar a implantação de programas estruturantes de esporte e lazer voltados ao fortalecimento da noção de cidadania.
- VI- assegurar o pleno funcionamento de todos os equipamentos da administração direta, garantindo a manutenção de suas instalações

Art. 61 São ações estratégicas no campo de Esportes, Lazer e Recreação:

- I- revitalizar os grandes equipamentos esportivos municipais, a saber, o Estádio Belgrave Teixeira de Carvalho, Campo de Futebol Antonio Ribeiro Martins e todas as dependências já existentes no município; promover jogos e torneios em âmbito municipal e regional;
- II- construir equipamentos em regiões carentes de unidades esportivas, com especial atenção aos conjuntos de Habitação de Interesse Social;

- III- elaborar e propor legislação de incentivo às atividades de esporte e lazer, incluindo a possibilidade do estabelecimento de parcerias;
- IV- promover a integração com Clubes Esportivos Sociais objetivando o fomento do esporte;
- V- apoiar a administração comunitária dos Clubes e Associações Desportivos formalizados, oferecendo apoio de corpo técnico competente que permita auxiliar na fase de construção e manutenção de equipamentos;
- VI- implantar o programa de ruas de lazer, promovendo atividades de esportes, lazer e cultura
- VII- revitalizar e apoiar o pleno funcionamento dos Centros Desportivos Municipais – CDMs e garantir sua administração pela comunidade
- VIII- transformar em áreas com destinação para esportes e lazer, os terrenos públicos que mantém este uso há no mínimo 5 (cinco) anos;

DA POLITICA DA SAÚDE

Art. 62 São diretrizes da Política Municipal da Saúde:

- I- priorizar a saúde do município como necessidade básica;
- II- promover a descentralização da coordenadoria da saúde, para o melhor desenvolvimento e gestão do trabalho;
- III- promover a valorização dos profissionais que possuam curso de especialização na área que atua;
- IV- promover a capacitação dos profissionais com funções de gestão ou gerencia na área da saúde;
- V- estimular a gestão participativa e o trabalho em equipe, com capacitação permanente de todos os profissionais da saúde, para melhor adaptação das mudanças tecnológicas e institucionais que venham ocorrer, garantindo o direito à insalubridade em áreas com risco à saúde;
- VI- **estimular a construção de uma farmácia centralizada municipal;ver redação**
- VII- objetivar a implantação de uma ouvidoria em saúde;
- VIII- **campanhas de observância de horários de trabalho por parte da classe médica e odontológica;**
- IX- **os não conformes e as penalidades- improbidade; devolução de salários indevidamente pagos ;**
- X- concretizar a real participação do conselho de saúde municipal com fundamento nas normas do sus;
- XI- **priorizar criar** a implantação de estratégias de saúde da família;

- XII- justa distribuição do orçamento da saúde-50% para pgto de uma única classe
- XIII- priorizar a humanização do serviço de atendimento a saúde, com qualificação e capacitação apropriada para a de todos os funcionários;
- XIV- promover atendimento integral, universal e de equidade, de acordo com os princípios doutrinários do SUS;
- XV- priorizar programas de atenção à saúde do adolescente;
- XVI- incentivar, junto à rede de ensino municipal, a realização de ações educativas sobre o funcionamento do sus e os projetos desenvolvidos na área da saúde no município;melhorar red.
- XVII- igualdade salarial entre os profissionais de nível superior que realizam atendimento integral aos usuários, uma vez que no modelo em construção todos os profissionais têm o mesmo nível de responsabilidade no atendimento ao cliente, de acordo com o princípio de equidade do Plano de Cargos e Carreiras;
- XVIII- estimular a implantação de uma lei municipal para regulamentação de carga horária dos funcionários da rede municipal de saúde para 30 (trinta) horas semanais;
- XIX- fortalecer as parcerias com educação, cultura e assistência social;
- XX- estimular a implantação de uma lei municipal para regulamentação de carga horária dos funcionários da rede municipal de saúde para 30 (trinta) horas semanais;

Art. ... São diretrizes do ESF:

- I- Autorizar, liberar e assegurar/ garantir a participação dos profissionais dos ESF em eventos técnicos científicos, resultando em melhora na qualidade de atendimento da população;
- II- Valorização do trabalho dos agentes comunitários de saúde através de salário digno etc.... e repasse salarial integral vindo do governo federal;
- III- Construção e ampliação das ESF nos bairros; repetido
- IV- Aquisição de equipamentos e insumos básicos para ESF;
- V- Ampliação nas vagas de ortopedia devido a grande demanda da população;
- VI- proporcionar Ajuda financeira para desenvolver projetos dos grupos voltados à saúde da população da ESF; prevenção de danos
- VII- Trabalhar em parceria com os demais setores da área da saúde - ESF CENTRO DE SAÚDE E SANTA CASA todas as equipes voltadas a à

saúde; DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADES A PARTIR DO NOVO MODELO

VIII- Suporte para trabalhar com drogadita e etilista;

IX- Atuação da Vigilância Sanitária, ação regulatória: vigilância de produtos, de serviços e de ambientes.

❖ SAÚDE BUCAL

1. Fazer tratamento endodôntico também em dentes posteriores principalmente em crianças, em especial os de baixa renda, visto que nos dentes anteriores já se é feito o tratamento, sendo que o material e instrumentos utilizados são os mesmos para ambos os procedimentos apenas, demanda de mais tempo de atendimento por consulta;
2. Realizar atividades de educação em saúde bucal na família, com ênfase no grupo infantil;
3. Incentivar a escovação e orientação de higienização dentária com crianças das escolas municipais, creches e pré-escolas;
4. Proporcionar condições financeiras e profissionais para a continuidade de distribuição de próteses dentárias, com devido agendamento, avaliação odontológica e tempo previsto para sua execução dentro das normas vigentes;
5. Viabilizar consultório móvel, para atendimento na zona rural;
6. Organização e desenvolvimento de ações de prevenção e controle do câncer bucal;
7. Qualificação, mediante processo de educação permanente e de oferta de cursos de especialização dos profissionais da área odontológica. Com ampliação na oferta de cursos formadores de atendentes e técnicos em saúde bucal;
8. Ampliação da oferta dos serviços de urgência em saúde bucal, colaborando para a redução de desigualdades sociais no acesso e processo do cuidado, avaliando-se a situação de risco à saúde bucal

e orientando o usuário para o retorno ao serviço e a continuidade do tratamento;

9. Centralizar o atendimento odontológico municipal num único espaço físico, com melhor infra-estrutura e melhores condições de atendimento ao público;

10. Realização de pesquisa epidemiológica de base nacional voltada à construção histórica de dados de saúde bucal. Visando verificar tendências, planejar e avaliar serviços, com vistas à mudança do perfil epidemiológico da população neste âmbito. (PNSB - Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente);

VIGILANCIA SANITÁRIA

A Visa é o órgão responsável por promover e proteger a saúde e prevenir a doença por meio de estratégias e ações de educação e fiscalização. Tendo como diretrizes:

1. Organização e gestão do sistema municipal de Vigilância Sanitária, no âmbito do SUS;
2. Ação regulatória: Vigilância de produtos, de serviços e de ambientes;
3. A Vigilância Sanitária no contexto da atenção integral à saúde;
4. Produção de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
5. Construção da consciência sanitária: mobilização, participação e controle social;
6. Colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente, que tenham repercussão sobre a saúde humana, e atuar junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes para controlá-las;
7. Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática;
8. Estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano;

Vigilância Sanitária é um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

- controle dos bens de consumo que, direta ou indiretamente se relacionem com a saúde, comprometidas todas as etapas e processos da produção ao consumo;

- controle da prestação de serviços que relacionem direta ou indiretamente com a saúde (Lei nº. 8080/90);

O risco à saúde é o eixo de elaboração das ações programáticas, obedecendo às especificidades existentes no município.

Ações da Vigilância Sanitária:

1. Buscar a intersetorialidade, visando maior eficácia e consequente melhoria da qualidade de vida da população, desde atividades de pré-vistoria, vistorias, inspeções (inicial ou de rotina), fiscalização, coleta de amostras para análises laboratoriais, ações educativas, atendimento de denúncias, assim como processos de investigação com base epidemiológica para detecção de riscos.
2. Trabalhar com os demais serviços de saúde pública e conveniados e o Conselho de Saúde de forma integrada e articulada para prevenir, diminuir e eliminar os riscos, protegendo a saúde da população;
3. Coordenar e fortalecer a vigilância de eventos adversos e queixas técnicas, para acompanhar e avaliar as notificações nos diferentes níveis de gestão;
4. monitorar o perfil de segurança dos produtos sob vigilância sanitária, propondo medidas de regulação e de controle, além de estratégias para o fortalecimento e consolidação do sistema nos diferentes níveis de gestão;
5. Adotar ações urgentes em situações de crise e emitir alertas sobre os produtos sob vigilância sanitária, para todos os entes do sistema conforme definições previamente pactuadas, nos diferentes níveis de gestão;
6. Constituir equipes de trabalho multidisciplinares e capacitadas para o desenvolvimento das ações entre os diferentes âmbitos do sistema;

7. Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesses para a saúde;
8. Controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências municipais;
9. Executar as ações de controle de riscos à saúde de acordo com a fase de gestão em que o município se encontre ou ainda de acordo com o grau de complexidade ou abrangência das ações;
10. Campanha de educação em saúde para a população, no intuito de se formar cidadãos críticos e reflexivos exercendo com plenitude a cidadania;
11. Alertar produtores e prestadores de serviços de interesse à saúde, sobre sua responsabilidade social e também da sua própria condição de consumidor de produtos e serviços;
12. Promover curso voltado para a capacitação de técnicos na execução de ações de vigilância no município (com visão geral do setor saúde, VISA, suas bases legais, conceituais, noções de risco, boas práticas operacionais, meio ambiente e outros), para melhor compreensão dos problemas de saneamento e meio ambiente para o desenvolvimento de propostas de melhoria e enfrentamento de problemas;
13. Estimular através de campanhas a participação da comunidade nas ações preventivas e corretivas de saúde coletiva;
14. Realização de ações educativas e de informação integradas à prevenção de dano e agravos à saúde individual e coletiva;
15. Quantificar o universo de atuação da equipe de vigilância sanitária;
16. Participação efetiva da Vigilância Sanitária relacionada ao desenvolvimento de ações sobre o meio ambiente voltadas para a questão de controle do *Aedes Aegyptis*, com vistorias de rotina e participação conjunta com a sociedade e outros órgãos quando da necessidade de aplicação de medida coercitiva e preventiva de combate a Dengue;
17. Ações de vigilância na área de alimentos: Inspeção em estabelecimentos, registro de produtos, colheita de amostras, vigilância de enfermidades

transmitidas por alimentos, atendimento de emergências e atendimentos de denúncias;

18. Programar estratégias para a gestão do risco sanitário que está implícito em todo o ciclo de produção, circulação e consumo de bens, assim como na prestação de serviços de saúde e nos ambientes de vida e trabalho;19. Desenvolver mecanismos que garantam a integração da Anvisa com as demais áreas responsáveis por ações de promoção e proteção à saúde;

Obs: Em sua dimensão político-ideológica a VISA deve, sob o prisma da equidade, voltar-se prioritariamente aos interesses sanitários quando estes se contrapõem aos interesses econômicos.

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Epidemiologia é entendida como ciência que estuda o comportamento das doenças em uma determinada comunidade, levando em consideração diversas características ligadas à pessoa, espaço físico e também tempo, desta maneira é possível determinar as medidas de prevenção e controle mais indicadas para o problema em questão como também avaliar quais serão as estratégias a serem adotadas e se as mesmas causaram impactos, diminuindo e controlando a ocorrência da doença em análise.

Funções da Vigilância Epidemiológica nos níveis federal, estadual e municipal:

- Fornecer orientação técnica permanente para os que têm a responsabilidade de decidir sobre a execução de ações de controle de doenças e agravos, tornando disponíveis, para esse fim, informações atualizadas sobre a sua ocorrência, bem como dos seus fatores condicionantes em uma área geográfica ou população destinada.
- Ser instrumento para o planejamento, a organização e a serviços de saúde, como também para a normatização de atividades técnicas correlatas.

Objetivos da Vigilância Epidemiológica:

- Interromper cadeias de transmissão, dentro de um contexto homem – meio ambiente. Isto significa que o conhecimento do território, das formas como se organizam os espaços e as relações sociais são fundamentais. A atuação em VE exige precisão, informação dirigida para a ação e agilidade na tomada de decisão. Não se pode pecar pela omissão com riscos sérios para a comunidade como um todo.

Diretrizes da Vigilância Epidemiológica:

1. Trabalhar para o desenvolvimento da consciência sanitária dos gestores municipais dos sistemas de saúde, para que passem a priorizar as ações de saúde pública e trabalhem na perspectiva de desenvolvimento da vigilância de saúde;
2. Buscar articulação com os responsáveis pela rede de assistência à saúde para que seja organizado o atendimento à população;
3. Trabalhar junto com equipes de outras áreas para troca de informações e complementação de dados a serem utilizados nas análises e investigações;
4. Coordenar e apoiar os programas de imunizações, prevenção e ao atendimento de agravos coletivos à saúde;
5. Execução das ações segundo um cronograma previamente determinado;
6. Monitoramento da situação de saúde e dos resultados das ações de vigilância epidemiológica;
7. Programação dos recursos necessários e dos serviços a serem ofertados, bem como da retaguarda necessária para este controle;
8. Organização da documentação coletada e produzida;
9. Composição e qualificação de equipe técnica;

10. Promoção de condições administrativas de gestão do sistema, custo de operação e manutenção;

Ações da Vigilância Epidemiológica:

1. Analisar e acompanhar o comportamento epidemiológico das doenças e agravos;
2. Participar na formulação de políticas, planos e programas de saúde;
3. Implantar, gerenciar a operacionalização dos sistemas de informação epidemiológicos para a análise da situação de saúde municipal;
4. Realizar investigação epidemiológica e executar medidas de controle;
5. Estabelecer diretrizes, normas e procedimentos padronizados em VE para identificação de novos agravos prioritários;
6. Definir padrões de qualidade de assistência;
7. realizar educação continuada aos profissionais de saúde;
8. Elaborar e difundir boletins epidemiológicos;
9. Ação efetiva nas campanhas educacionais preventivas nas escolas, comércio cidade em geral;
10. Promover palestras explicativas e temáticas a fim de imbuir a consciência preventiva de saúde ao enfrentamento das doenças transmissíveis de origem socioambiental, como a dengue, hepatite A, parasitoses intestinais, etc.

ZOONOSES

O Ministério da Saúde, por meio da Portaria MS/GM nº. 1.172, de 15 de junho de 2004, entre outros dispositivos, enfatizou a competência legal dos municípios brasileiros para controlar animais em sua área de circunscrição, mediante a execução de atividades programáticas. Essa responsabilidade recai, nos municípios, sobre os órgãos executores de controle de zoonoses, cuja criação e atribuições devem ser reguladas por legislação específica.

Criada em 25 de agosto de 2005, a Lei nº. 11.977, que institui o Código de Proteção aos animais e estabelece que os 645 municípios paulistas devam criar e executar programas de controle reprodutivo de cães e gatos, acompanhados de ações educativas para a propriedade responsável.

Já em 16 de abril de 2008, a Lei nº.12.916, que dispõem sobre o controle de reprodução, proibiu a eutanásia dos animais de estimação (cães e gatos) nos serviços de controle animal municipais como forma de controle populacional. Esse instrumento legal prevê exceções, tais como animais em situação sanitária crítica ou quando, por questões de saúde pública, a eutanásia seja a única alternativa viável, justificada por laudo de médico-veterinário. Também disciplina registro e identificação, adoção, campanhas educativas e controle reprodutivo de cães e gatos.

Das Diretrizes da política de Zoonoses:

1. Criação de um Centro de Zoonoses (CCZ), com estrutura física específica e personalidade jurídica estabelecida, vinculada à Coordenadoria municipal de Saúde, com competência e atribuição para desenvolver programas de controle de zoonoses, de doenças transmitidas por vetores e de agravos por animais;
2. Formação de uma equipe multidisciplinar, com conhecimento de prevalência de cada uma das zoonoses, para estabelecer as prioridades de ação, adotando-se programas eficientes com a finalidade de interromper a cadeia de transmissão destas zoonoses, seja pela atuação sobre as fontes de infecção, vias de transmissão ou suscetíveis;
3. Estabelecer uma política pública humanitária de Controle de zoonoses e proteção animal;
4. Manter atualizado registros dos serviços de Saúde Pública e saúde animal, dos dados obtidos nas propriedades rurais das informações dos médicos veterinários e dos relatórios das investigações realizadas;

5. Implantar ações governamentais no âmbito municipal, com maior compromisso e engajamento na produção de alimentos, saneamento e recursos hídricos;

Das Ações da Política de Zoonoses:

1. Estimular uma maior conscientização da população, dos trabalhadores, dos grandes e pequenos produtores, não somente em nível econômico, mas também social e acima de tudo uma mudança de comportamento em relação à prevenção e controle de doenças e agravos à saúde causados por acidentes com animais;
2. Desenvolver programas de controle de zoonoses de doenças transmitidas por vetores e de agravos provocados por animais;
3. Monitoramento, manejo e ou controle populacional dos animais domésticos (cães, gatos, boi...), sinantrópicos (ratos, baratas...) e os peçonhentos (escorpião, aranhas...);
4. Implantar programas definidos de acordo com o número de habitantes do município, informações epidemiológicas referentes às zoonoses e agravos provocados por animais;
5. Estimular ações para minimizar os problemas gerados pelo abandono e maus tratos a animais no município;
6. Estudar, objetivar e viabilizar a criação de um canil municipal;
7. Instituir campanha conscientizadora à população quanto à responsabilidade que o dono tem de zelar pela qualidade de vida de seu animal de estimação;

Obs.: Qualquer que seja o programa adotado é de fundamental importância que ao mesmo seja dada continuidade e que os procedimentos de vigilância sanitária sejam adequadamente aplicados caso contrário, aos prejuízos econômicos já decorrentes de incidência de uma determinada zoonose somar – se- à ao de uma campanha mal sucedida.

DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

DA SEGURANÇA URBANA

Art. ____ - São objetivos da política de Segurança Urbana:

- I** - assegurar a integridade física e patrimonial dos cidadãos de forma integrada com a União, o Estado e a sociedade civil;
- II** - diminuir os índices de criminalidade do Município Fartura;
- III** - estabelecer políticas públicas de segurança de forma integrada com outros setores da esfera municipal;
- IV** - dotar o Poder Executivo Municipal de recursos humanos para a realização das atividades de vigilância e prevenção da violência;
- V** - estimular o envolvimento das comunidades nas questões relativas à segurança urbana.

Art. ____ - São diretrizes da política de Segurança Urbana:

- I** - a promoção da aproximação entre os agentes de segurança municipais e a comunidade, mediante a descentralização dos serviços de segurança;
- II** - a execução de planos para controle e redução da violência local por meio de ações múltiplas e integradas com outros setores do Executivo;
- III** - o desenvolvimento de projetos intersecretariais voltados à parcela de adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade social;
- IV** - a promoção da integração e coordenação das ações específicas de segurança com as questões de trânsito e defesa civil no Município;
- V** - a substituição da lógica da reação e da repressão pela lógica da antecipação e da prevenção nas ações de segurança urbana;
- VI** - o estímulo à participação nos CONSEGs – Conselhos Comunitários de Segurança, articulando ações preventivas à criminalidade, com seus integrantes.

Art. ____ - São ações estratégicas relativas à Segurança Urbana:

I - Criar mecanismos que assegurem a integridade física e patrimonial dos cidadãos de forma integrada com a União, o Estado e a sociedade civil;

II - Estabelecer mecanismos de integração da segurança com outros setores da esfera municipal afetos (Defesa Civil, Vigilância Sanitária etc...);

III - Dotar o Poder Executivo Municipal de recursos para implementação de um serviço para a realização das atividades de vigilância dos próprios municipais e voltados também à segurança escolar;

IV - Estimular o envolvimento da comunidade nas questões relativas à segurança urbana.

V - Estimular a manutenção e participação ativa da comunidade no CONSEG (Conselho Comunitário de Segurança) articulando ações preventivas à criminalidade, com seus integrantes.;

VI - Estimular o desenvolvimento de projetos sociais voltados à parcela de adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade social com o intuito de evitar sua inserção na criminalidade;

VII - Estimular a manutenção do e participação ativa do COMDEC, objetivando o estabelecimento de medidas preventivas no tocante a enchentes e desmoronamento de encostas.

VIII - Estimular a promoção de convênios com o governo estadual para a aquisição e utilização de câmeras de vigilância eletrônica para o monitoramento de áreas de interesse coletivo.

IX - Estimular a elaboração de programas para controle e redução de acidentes de trânsito na zona urbana e rural.

X - Estimular a elaboração de programas para tratamento das vítimas das drogas ilícitas e sua prevenção.

XI - estimular a elaboração de programas em conjunto com as demais políticas para prevenção e tratamento relacionado ao uso abusivo das drogas e álcool;

XII - Implantar no município a atividade delegada em parceria com a Polícia Militar do Estado de São Paulo, através de convênio específico, delegando ao estado as atribuições de fiscalização de leis municipais.

XIII - Tornar obrigatório e de conhecimento público o cumprimento das obrigações dos organizadores de eventos públicos em consonância com as legislações vigentes, visando a segurança, a dignidade e a integridade física dos participantes.

XIV - vedar em todo o Município a instalação de quaisquer unidades do sistema prisional/carcerário;

XV - vedar em todo o Município a instalação de unidades que apliquem medidas sócio educativas em regime de internação;

TÍTULO II

DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

CAPÍTULO I

DO MACROZONEAMENTO

Art.. O Macrozoneamento fixa as regras fundamentais de ordenamento do território do município compreendendo 3 (três) Macrozonas, conforme mapa do Anexo..., e está estabelecido a partir das seguintes diretrizes:

I- aprimoramento das ações de planejamento, em consonância com as ações do Poder Público e dos grupos organizados da sociedade civil;

Art. . As três Macrozonas serão subdivididas em zonas específicas e em zonas especiais, que serão instituídas a partir de regras de uso e ocupação do solo para cada uma delas.

Art. A delimitação da Macrozona do Núcleo Central - MZ1 tem como objetivos:

I- controlar e direcionar o adensamento urbano adequando-o à infraestrutura disponível;

II- garantir a utilização dos imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados.

Parágrafo único. A Macrozona do Núcleo Central - MZ1 corresponde ao perímetro urbano da sede do município, disposto no mapa do Anexo ...

Discussão em 12/09 e 20/09:

Art. .. A delimitação da Macrozona do Núcleo da Represa – MZ2 tem como objetivos:

I- a proteção das águas da represa de Chavantes, garantindo o desenvolvimento de suas bordas através de políticas específicas de turismo, agropecuária e aquicultura;

II- controlar e ordenar o adensamento urbano juntamente com infraestrutura compatível;

III- promover o acesso à orla da represa;

IV-garantir a manutenção das Zonas Rurais – ZRu ativas. ???

Parágrafo único: Para que as áreas de características urbanas indicadas na MZ2, possam ter as suas APPs reduzidas de 100m para 30m, deverão adequar-se, até a próxima revisão do Plano Diretor, através da introdução dos seguintes indicadores sanitários/ urbanísticos:

I. As residências e demais instalações existentes nestas áreas deverão construir sistemas de esgotamento sanitário de acordo com a NBR 7229 ABNT;

II. Os solos destas áreas deverão estar protegidos contra a erosão, na sua totalidade, evitando-se o escoamento de águas superficiais, de acordo com as ações indicadas abaixo:

a) Terraceamento e plantio de espécies vegetais em nível;

b) Caixas de retenção, captando-se as águas pluviais provenientes de estradas e telhados;

c) Reuso das águas de chuva.

III. Os resíduos sólidos domiciliares produzidos nestas áreas deverão ser dispostos seletivamente, de acordo com as ações de manejo indicadas abaixo:

- a) Separação do lixo em parte seca e úmida;
- b) Exportação da parte seca/reciclável;
- c) Compostagem da parte úmida.

IV. Os resíduos de construção civil (entulhos) deverão ser integralmente destinados à usina específica, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Parágrafo A Macrozona do Núcleo da Represa – MZ2 corresponde ao território do município compreendido **definir os 22 adensamentos**

Parágrafo... Os novos loteamentos/empreendimentos na MZ2, deverão possuir lotes com testada mínima de 20(vinte) metros e área mínima de 1000(mil) metros quadrados. ou 2000 - discutir 20/09

Art. A delimitação da Macrozona Rural – MZ3 tem como objetivos:

I- estabelecer uma nova configuração a partir da inter relação dos meios de produção, dos núcleos urbanos expandidos e dos pontos de interesse turístico;

II- garantir e compatibilizar a ocupação e o desenvolvimento econômico na Zona de Proteção Ambiental – ZPA com a regulamentação da Área de Proteção Ambiental -APA de Tejupá.

Parágrafo único. A Macrozona Rural (MZ3), é a área rural do município, conforme o mapa do **Anexo..**, destinada basicamente à produção agro-pecuária, caracterizada pela escassez ou inexistência do equipamento que define e consolida as áreas urbanas, caracterizando-se também pela menor transformação da paisagem natural, quando comparada ao ambiente urbano.

TÍTULO III

DOS PARÂMETROS PARA O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO

CAPÍTULO I

DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO NA MACROZONA DO NÚCLEO CENTRAL – MZ1

Seção I

Do Uso do Solo

Art. O uso do solo pode ser classificado como:

I- residencial, quando destinado à moradia unifamiliar ou multifamiliar;

II- não-residencial, quando destinado ao exercício industrial, comercial, de serviços ou institucional;

III-misto, quando constituído pelos usos residencial e não-residencial na mesma edificação.

DAS ZONAS ESPECÍFICAS E ESPECIAIS

Art. . A Macrozona do Núcleo Central - MZ1 delimitada pelo perímetro urbano definido em lei específica, conforme o mapa do Anexo 2, divide-se em:

I- Zona Residencial – ZR;

II- Zona Mista – ZM;

III-Zona Industrial e Comercial – ZIC;

IV- Zona Especial de Interesse Social – ZEIS;

V- Zona Especial de Interesse Turístico – ZEIT;

VI- Zona Especial de Interesse Ambiental – ZEIA;

Art. 7. A Macrozona do Núcleo da Represa – MZ2 definida no mapa do Anexo 4, divide-se em:

I-Zona Especial de Interesse Turístico – ZEIT;

II-Zona de Urbanização Dirigida 1 – ZUD 2

III-Zona Rural – ZRu.

Art. 48. A Macrozona Rural – MZ3, definida no mapa do Anexo 5, divide-se em:

I- Zona de Proteção Ambiental – ZEIA;

II-Zona Rural – ZRu.

Seção I

Da Macrozona do Núcleo Central – MZ1

Art. 49. *Na Macrozona do Núcleo Central – MZ1 – as decisões e as responsabilidades de gestão serão compartilhadas pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, o Grupo Técnico de Apoio - GTA e a comunidade envolvida com a respectiva área de abrangência.*

§ 1º *A ocupação dos atuais e de novos parcelamentos da Macrozona do Núcleo Central – MZ1, obedecerão aos seguintes parâmetros urbanísticos, quanto a:*

- a) C.A. (coeficiente de aproveitamento) = mínimo de 0,2 e máximo de 2,5;*
- b) T.O. máxima (taxa de ocupação) = 65 %;*
- c) T.P. (taxa de permeabilidade) = 15 %;*
- d) número máximo de pavimentos = 2 para ZR;
4 para ZM1, ZM2 e ZM3.*

§ 2º *Os novos parcelamentos da Macrozona do Núcleo Central – MZ1, obedecerão aos seguintes parâmetros urbanísticos:*

- a) área mínima do lote = 160,00 m² para ZEIS;
200,00 m² para ZR, ZM1;
500,00 m² para ZM2, ZM3;
1.000,00 m² para ZIC.*
- b) testada mínima do lote = 8,00 m para ZEIS;
10,50 m para ZR, ZM1;
15,00 m para ZM2, ZM3;
25,00 m para ZIC.*

§ 3º *Nos parcelamentos existentes, na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, os desmembramentos de lotes, obedecerão a testada mínima de 10,00m, a partir da promulgação desta Lei Complementar.*

§ 4º *Os limites máximos de pavimentos nas ZM1, ZM2 e ZM3 poderão ser alterados pela aplicação dos instrumentos previstos nos artigos 103 e 107.*

Subseção I

Da Zona Residencial – ZR

Art. 50. *A Zona Residencial – ZR conforme o mapa do Anexo 2, destina-se ao uso estritamente residencial unifamiliar, com apenas uma unidade habitacional isolada por lote.*

Parágrafo único. *A Zona Residencial – ZR – inserem-se nas áreas delimitadas pelos perímetros formados pelos loteamentos Jardim América, lotes lindeiros à Rua Irmã Dulce - Jardim América II, Jardim Europa, Royal Park, Boa Vista, Recanto Vereda do Sol, Morada do Sol, Estância Brabância, São Felipe, Residencial Falanghe, Residencial Chácara Rancho Alegre, Reserva do Horto, Green Village, Porto Seguro, Jardim Botânico.*

Subseção II

Da Zona Mista 1 – ZM1

Art. 51. *A Zona Mista 1 – ZM1 conforme o mapa do Anexo 2, é destinada ao uso predominantemente residencial unifamiliar e complementarmente ao comércio, serviços, indústrias e instituições, conforme atividades enquadradas nos usos do Nível 1 e 2, conforme tabela no Anexo 6 desta lei complementar.*

Art. 52. *Os usos comercial, de serviços e industrial de Nível 1 e 2, enquadram-se em atividades de baixíssimo e baixo impacto, quando:*

- I- desenvolvidos, em unidades de pequeno e médio porte;*
- II- forem compatíveis com o uso residencial;*
- III- funcionarem submetidos a licenciamento e às normas urbanísticas específicas.*

Subseção III

Da Zona Mista 2 – ZM2

Art. 53. *A Zona Mista 2 – ZM2, conforme o mapa do Anexo 2, tem como objetivo reforçar a permanência do uso residencial em compatibilidade com os usos comercial, de serviços, industrial e institucional, atribuindo características de centralidade à área. Incentiva também a concentração de usos e atividades que apresentem complementaridade com as áreas circunvizinhas, conforme as atividades enquadradas nos usos do Nível 3, conforme tabela no Anexo 6 desta lei complementar.*

Art. 54. Os usos comercial, de serviços e industrial de Nível 3, enquadram-se em atividades de médio impacto, quando:

- I- forem desenvolvidos em unidades de pequeno e médio porte;*
- II- existir convivência com o uso residencial e com o meio ambiente urbano, admitindo-se o uso com restrições;*
- III- tiver o funcionamento submetido ao licenciamento e às normas urbanísticas específicas.*

Subseção IV

Da Zona Mista 3 – ZM3

Art. 55. A Zona Mista 3 – ZM3, conforme o mapa do Anexo 2, é destinada ao uso industrial de alto incômodo – pequeno, médio e grande porte – e aos usos comercial, de serviços e institucional, de acordo com os usos de Nível 4 apresentados na tabela do Anexo 6.

Art. 56. Os usos comercial, de serviços e industrial de Nível 4, enquadram-se em atividades de alto incômodo, quando:

- I- forem desenvolvidos em unidades de pequeno, médio e grande porte;*
- II- compatibilizarem-se com o uso residencial;*
- III- forem submetidos ao licenciamento e ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV, observando-se a adoção de medidas compensatórias e mitigadoras.*

Subseção V

Da Zona Industrial e Comercial – ZIC

Art. 57. A Zona Industrial e Comercial– ZIC – conforme o mapa do Anexo 2, é constituída por áreas destinadas à instalação de indústrias, comércio e serviços incompatíveis com o uso residencial. Suas atividades são enquadradas nos usos de Nível 5, conforme tabela do Anexo 6.

Parágrafo único. Não será admitido na Zona Industrial e Comercial – ZIC, o uso residencial, exceto a residência do zelador da unidade industrial e comercial.

Art. 58. Na ZIC, os usos comercial, de serviços e industrial de Nível 5, caracterizam-se por atividades de altíssimo impacto, quando:

- I- desenvolvidos em unidades de pequeno, médio e grande porte;
- II- forem submetidos ao licenciamento e às normas urbanísticas específicas;
- III- forem submetidos ao licenciamento e ao Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança – EIV.

Art. 59. A Zona Industrial e Comercial – ZIC, só poderá ter as suas condições alteradas através da revisão do Plano Diretor.

Art. 60. O Executivo Municipal poderá criar mecanismos de incentivos aos empreendimentos para se instalarem nestes locais.

Subseção VI

Da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS

Art. 61. A Zona Especial de Interesse Social – ZEIS conforme o mapa do Anexo 2, é destinada prioritariamente à regularização fundiária, à urbanização, à produção e à manutenção de Habitação de Interesse Social.

Art. 62. A Zona Especial de Interesse Social – ZEIS subdivide-se em duas categorias:

- I- Zona Especial de Interesse Social de Requalificação – ZEIS de Requalificação – áreas públicas ou particulares ocupados por assentamentos de população de baixa renda na Macrozona do Núcleo Central - MZ1, devendo o poder público promover a regularização fundiária e urbanística, com a implantação de equipamentos públicos, de comércio e serviços de caráter local e de equipamentos de recreação e lazer;
- II- Zona Especial de Interesse Social de Novos Projetos – ZEIS Novos Projetos, terrenos não edificados e imóveis sub-utilizados ou não utilizados, localizados na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, necessários à implantação de programas habitacionais de interesse social, de comércio e serviços de caráter local e de equipamentos de recreação e lazer.

§ 1º As ZEIS-Requalificação compreendem a área da Biquinha e Vila Esperança, conforme mapa do Anexos 2.

§ 2º O Poder Executivo poderá exercer o direito de preferência em todas as ZEIS – Novos Projetos para compra de imóveis destinados ao atendimento de um dos incisos do artigo 26 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, admitida a criação de parcerias para garantir a viabilização dos projetos habitacionais, conforme mapa do Anexo 3.

Subseção VII

Da Zona Especial de Interesse Turístico – ZEIT

Art. 63. A Zona Especial de Interesse Turístico – ZEIT, da Macrozona do Núcleo Central – MZ1, conforme o mapa do Anexo 2, define-se por áreas públicas destinadas ao lazer e à promoção de ocupação de interesse turístico.

Parágrafo único. Compreende a área delimitada pelo Parque “Dr. Fernando Cruz Pimentel”.

Subseção VIII

Da Zona Especial de Interesse Ambiental – ZEIA

Art. 64. A Zona Especial de Interesse Ambiental – ZEIA, da Macrozona do Núcleo Central – MZ1, conforme o mapa do Anexo 2, define-se por áreas públicas ou privadas destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente.

Parágrafo único. Compreendem as áreas delimitadas pelo:

- I- Horto Florestal de Avaré;*
- II- Parque “Profa. Therezinha Teixeira de Freitas”, localizado no Bairro do Camargo;*
- III- área publica e particular localizada no Jardim Paineiras, entre a Avenida Governador Mário Covas e a Avenida Donguinha Mercadante; sujeito a confirmação;*
- IV- área pública e particular localizada entre a Avenida Dr. Antônio Sílvio Cunha Bueno, a Rua Oswaldo Brito Benedetti e o Bairro Brabância;*

V- área particular localizada na nascentes do Córrego Água Branca, localizada próximo a atual Estação Ferroviária;

VI- área pública da União localizada entre o Loteamento Jardim Vera Cruz e a Fundação Padre Emilio Immoos.

Art. 65. *A Zona Especial de Interesse Ambiental – ZEIA, caracteriza-se por:*

I- áreas de proteção às características ambientais;

II- áreas onde se situam nascentes e cabeceiras dos córregos, com objetivo de proteger as características ambientais existentes;

III- áreas públicas ou privadas, em situação de degradação ambiental, que devem ser recuperadas para ampliar os espaços voltados ao lazer da população e a sua conservação.

Art. Todos os usos e atividades poderão instalar-se na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, desde que obedeçam às condições estabelecidas nas Seções **I e II** deste Capítulo, determinadas em função:

I- das características da zona em que vier a se instalar;

II- dos objetivos do planejamento.

§ 1º A emissão de certidão do uso do solo para fins de instalação de indústrias, tanto na Macrozona do Núcleo Central – MZ1 como no restante do território do município, com Nível de Incomodidade maior ou igual a 3 (três), nos termos do Decreto Estadual nº 47.397/02, deverá ser objeto de análise e anuência do Conselho Municipal do Plano Diretor, não sendo permitida a sua instalação na Zona de Proteção Ambiental da Macro Zona 3. **adequar fator 3 ver decreto e ZPA**

Art. Para fins de avaliação do disposto no artigo anterior, os usos e atividades serão analisados em função de sua potencialidade como:

I- geradores de impacto à vizinhança;

II- geradores de incomodidade à vizinhança;

III- geradores de interferência no tráfego.

Subseção I

Dos Usos Geradores de Impacto à Vizinhança e dos Empreendimentos de Impacto

Art. São considerados Usos Geradores de Impacto à Vizinhança todas as atividades que possam vir a causar alteração significativa no ambiente natural ou construído, ou sobrecarga na capacidade de atendimento da infra-estrutura básica, sejam elas instaladas em empreendimentos públicos ou privados.

Art. São considerados Empreendimentos de Impacto os constantes do Anexo 6 desta lei complementar.

Art. A instalação de empreendimentos de impacto e incomodidade níveis 4 e 5 do **Anexo VI**, está condicionada à aprovação pelo Poder Executivo do Estado de Impacto de Vizinhança (EIV), elaborado pelo empreendedor, conforme disposto no Capítulo X, do Título IV, desta lei complementar.

Subseção II

Dos Usos Geradores de Incomodidades

Art. 88. Considera-se incomodidade o estado causador de reação adversa sobre a vizinhança, considerando as estruturas físicas e as vivências sociais.

Art. 89. Para fins de localização os usos e atividades serão classificados por fator de incomodidade.

Art. 90. Os fatores de incomodidade aos quais se refere o artigo anterior, para as finalidades desta Lei, definem-se na seguinte conformidade:

I- poluição sonora: geração de impacto causado pelo uso de máquinas, utensílios ruidosos, aparelhos sonoros ou similares;

II- poluição atmosférica: lançamento na atmosfera de matéria ou energia provenientes dos processos de produção ou transformação;

III- poluição hídrica: lançamento de efluentes que alterem a qualidade da rede hidrográfica ou a integridade do sistema coletor de esgotos;

IV- geração de resíduos sólidos: produção, manipulação ou estocagem de resíduos sólidos, com riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública;

V- vibração: impacto provocado pelo uso de máquinas ou equipamentos que produzam choques repetitivos ou vibração sensível.

Art. Os usos e as atividades serão enquadrados nos níveis de incomodidade, referidos no anterior, relacionadas no **Anexo 6**.

Parágrafo único. Os usos e atividades geradoras de poluição sonora deverão receber tratamento acústico apropriado, de acordo com as normas técnicas.

Art. A aprovação do local de instalação das atividades incômodas, relacionadas no **Anexo 6**, deverá obedecer ao zoneamento estabelecido nas Macrozonas.

Art. A análise técnica do nível de incomodidade não dispensa o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o licenciamento ambiental, nos casos que a lei os exigir.

Subseção III

Dos Usos Geradores de Interferência no Tráfego

Art. Para os fins desta Lei são considerados Usos Geradores de Interferência no Tráfego as seguintes atividades:

- I- geradoras de carga e descarga;
- II- geradoras de embarque e desembarque;
- III- geradoras de tráfego de pedestres;
- IV- caracterizadas como Pólos Geradores de Tráfego.

Art. A análise dos Usos Geradores de Interferência no Tráfego será feita pelo órgão municipal competente.

Parágrafo único. Os parâmetros para enquadramento como Uso Gerador de Interferência no Tráfego e as exigências da análise técnica serão definidos pela legislação municipal.

Art. A análise técnica dos Usos Geradores de Interferência no Tráfego não dispensa o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o licenciamento ambiental, nos casos que a lei os exigir.

Seção II

Da Ocupação do Solo

Art. São parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo:

- I- coeficiente de aproveitamento;
- II- taxa de ocupação;
- III- taxa de permeabilidade do solo;
- IV- número máximo de pavimentos.

Fatura 01/08/11

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA

DAS ESPÉCIES DE INSTRUMENTOS

Art. ... Para a promoção, planejamento, controle e gestão do desenvolvimento urbano serão adotados, dentre outros, os seguintes instrumentos de política urbana:

I- Instrumentos de planejamento municipal:

- a) Plano Plurianual;
- b) Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) Lei de Orçamento Anual;
- d) Lei de Parcelamento do Solo;
- e) Planos de desenvolvimento econômico e social;
- f) Planos, programas e projetos setoriais;
- g) Programas e projetos especiais de urbanização;
- h) Zoneamento ambiental.

II- Instrumentos jurídicos e urbanísticos:

- a) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória;
- b) IPTU Progressivo no Tempo;
- c) Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;
- d) Zonas Especiais de interesse social;
- e) Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- f) Transferência do Direito de Construir;
- g) Operações Urbanas Consorciadas;

- h) Consórcio Imobiliário;
- i) Direito de Preempção;
- j) Direito de Superfície;
- k) Desapropriação;
- l) Tombamento;
- m) Instituição de unidades de conservação;
- n) Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança (EIV);
- o) Estudo de Impacto Ambiental (EIA);
- p) Compensação Ambiental;
- q) Licenciamento Ambiental.

III- Instrumentos de regularização fundiária:

- a) Concessão de direito real de uso;
- b) Concessão de uso especial para fins de moradia;
- c) Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos, especialmente na propositura de ações de usucapião.

IV- Instrumentos tributários e financeiros:

- a) Tributos municipais diversos;
- b) Taxas e tarifas públicas específicas;
- c) Contribuição de melhoria;
- d) Incentivos e benefícios fiscais.

V- Instrumentos jurídico-administrativas

- a) Servidão Administrativa e limitações administrativas;
- b) Concessão, Permissão ou Autorização de uso de bens públicos municipais;
- c) Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;
- d) Contratos de gestão com concessionária pública municipal de serviços urbanos;
- e) Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;
- f) Termo Administrativo de Ajustamento de Conduta;

- g) Dação de imóveis em pagamento da dívida.

VI- Instrumentos de democratização da gestão urbana:

- a) Conselhos municipais;
- b) Fundos municipais;
- c) Gestão orçamentária participativa;
- d) Audiências e consultas públicas;
- e) Conferências municipais;
- f) Iniciativa popular de projetos de lei;
- g) Referendo Popular e Plebiscito.

DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Art. São passíveis de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, nos termos do artigo 182 da Constituição Federal e do artigo 5º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade, os imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados na Macrozona do Núcleo Central – MZ1.

§ 1º Fica facultado aos proprietários dos imóveis de que trata este artigo, propor ao Executivo o estabelecimento do Consórcio Imobiliário, conforme disposições do artigo 46 do Estatuto da Cidade.

§ 2º Considera-se solo urbano não edificado os terrenos e glebas, no todo ou em partes, de um mesmo proprietário, com área superior a 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), localizados na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, quando o coeficiente de aproveitamento utilizado for igual a zero.

§ 3º Considera-se solo urbano não edificado os terrenos e glebas contínuas, de mais de um proprietário, cuja somatória das partes tenha área superior a 2.500,00 m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), localizados na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, quando o coeficiente de aproveitamento utilizado for igual a zero

§ 4º Considera-se solo urbano subutilizado os terrenos e glebas com área igual ou superior a 400,00 m² (quatrocentos metros quadrados), localizados na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, quando o coeficiente de aproveitamento não atingir o mínimo de 0,2, ou quando a área reflorestada nos terrenos e glebas não atingir 20% do total da área.

§ 5º Ficam excluídos da obrigação estabelecida no caput os imóveis:

- I- Utilizados para instalação das seguintes atividades econômicas:

- a) terminais de logística;
 - b) transportadoras;
 - c) garagem de veículos de transporte de passageiros.
- II- exercendo função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;
 - III- de interesse do patrimônio cultural ou ambiental;
 - IV- de propriedade de cooperativas habitacionais.

§ 6º Considera-se solo urbano não utilizado todo tipo de edificação que esteja comprovadamente desocupada há mais de dois anos, a partir da promulgação desta Lei, ressalvados os casos de imóveis integrantes de massa falida.

Art. Os imóveis, nas condições a que se refere o artigo anterior, serão identificados e seus proprietários notificados.

§ 1º A notificação far-se-á:

- I- por funcionário do órgão competente do Executivo ao proprietário do imóvel ou, no caso de ser esta pessoa jurídica, a quem tenha poderes de gerência geral ou administrativa;
- II- por edital, quando frustrada por três vezes, a tentativa de notificação na forma prevista pelo inciso I.

§ 2º Os proprietários notificados deverão, no prazo máximo de um ano a partir do recebimento da notificação, protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou edificação.

§ 3º Os proprietários, para o mesmo lote, poderão apresentar até 2 (duas) vezes pedidos de aprovação de projeto.

§ 4º Os parcelamentos e edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de dois anos, a contar da aprovação do projeto.

§ 5º As edificações enquadradas no § 6º do artigo anterior deverão estar ocupadas no prazo máximo de um ano, a partir do recebimento da notificação.

§ 6º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, poderá ser prevista a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

§ 7º A transmissão do imóvel, por ato *inter vivos* ou *causa mortis*, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilizações previstas neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos.

§ 8º Os lotes que atendam às condições estabelecidas nos § 2º, § 3º e § 4º do artigo anterior não poderão sofrer parcelamento, sem que este esteja condicionado à aprovação de projeto de ocupação.

CAPÍTULO III

DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO E DA DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO DE TÍTULOS

Art. . Em caso de descumprimento das etapas e dos prazos estabelecidos no artigo anterior, o município aplicará alíquotas progressivas no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, majoradas anualmente, pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§ 1º O Poder Executivo elaborará lei específica, com base no § 1º do artigo 7º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, estabelecendo a graduação anual das alíquotas progressivas e a aplicação deste instituto.

§ 2º Caso a obrigação de parcelar, edificar e utilizar não esteja atendida no prazo de 5 (cinco) anos, o Município manterá a cobrança pela alíquota máxima, até que se cumpra a referida obrigação.

§ 3º É vedada a concessão de isenções ou anistias relativas à tributação progressiva de trata este artigo.

Art. Decorridos os cinco anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública.

§ 1º Os títulos da dívida pública terão prévia aprovação pelo Senado Federal e serão resgatados no prazo de até 10 (dez) anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor da indenização e os juros legais de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 2º O valor real da indenização:

I- refletirá o valor de cálculo do IPTU, descontando o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público na

área onde o mesmo se localiza após a notificação prevista no inciso I, do § 1º, do artigo ;

II- não computará expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.

§ 3º Os títulos de que trata este artigo não terão poder liberatório para pagamento de tributos.

§ 4º O Município procederá ao adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contando a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

§ 5º Ficam mantidas, para o adquirente de imóvel nos termos do § 6º do artigo , as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas no artigo 99 desta Lei Complementar.

CAPÍTULO IV

DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. . O Poder Executivo Municipal poderá exercer a faculdade de outorgar onerosamente o exercício do Direito de Construir, mediante contrapartida financeira a ser prestada pelo beneficiário, conforme disposições dos artigos 28, 29, 30 e 31 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – do Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos definidos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser negada pelo Conselho Municipal do Plano Diretor caso se verifique a possibilidade de impacto não suportável pela infra-estrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana.

Art. . As áreas passíveis de Outorga Onerosa são aquelas onde o Direito de Construir poderá ser exercido acima do permitido pela aplicação do Coeficiente de Aproveitamento Básico até o limite de 10 (dez) pavimentos no total da edificação, conforme o mapa do Anexo 3, nos imóveis lindeiros a:

Art. . A contrapartida financeira, que corresponde à outorga onerosa de potencial construtivo adicional, será calculada segundo a seguinte equação:

$$BE = At \times Vm \times Cp \times Ip$$

Onde:

BE – Benefício Financeiro;

At – Área do Terreno;

Vm – Valor Venal do metro quadrado do terreno;
Cp – Diferença entre o Coeficiente de Aproveitamento Pretendido e o Coeficiente de Aproveitamento Básico permitido;
Ip – Índice de Planejamento, variando de 0,3 a 0,5.

Parágrafo único. A decisão acerca do índice de planejamento a ser aplicado caberá ao Conselho Municipal do Plano Diretor.

Art. . Os recursos auferidos com a adoção da Outorga Onerosa do Direito de Construir serão destinados ao Fundo Municipal do Plano Diretor.

CAPÍTULO V

DA TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR

Art. . O proprietário de imóvel localizado na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, poderá exercer em outro local, passível de receber o potencial construtivo, ou alienar, total ou parcialmente, o potencial construtivo não utilizado no próprio lote, mediante prévia autorização do Poder Executivo Municipal, quando se tratar de imóvel:

- I- de interesse do patrimônio histórico cultural;
- II- de imóvel lindeiro ou defrontante às zonas especiais de interesse ambiental;
- III- exercendo função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;
- IV- servindo a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e à habitação de interesse social;

§ 1º Os imóveis que se enquadrarem nos incisos I e III poderão transferir até 100% (cem por cento) do coeficiente de aproveitamento básico não utilizado;

§ 2º Os imóveis que se enquadrarem nos incisos II poderão transferir até 50% (cinquenta por cento) do coeficiente de aproveitamento básico não utilizado;

§ 3º A transferência de potencial construtivo, prevista no inciso IV acima, só será concedida ao proprietário que doar seu imóvel ao Município, para os fins previstos neste artigo.

§ 4º Fica vedada a transferência de potencial construtivo na Zona Industrial e Comercial - ZIC.

Art. O potencial construtivo, a ser transferido, será calculado segundo a equação a seguir:

$$ACr = VTc \div CAc \times CAr \div VTr \times ATc$$

Onde:

ACr = Área construída a ser recebida

VTc = Valor Venal do metro quadrado do terreno cedente

CAc = Coeficiente de Aproveitamento Básico do terreno cedente

CAr = Coeficiente de Aproveitamento máximo do terreno receptor

VTr = Valor Venal do metro quadrado do terreno receptor

ATc = Área total do terreno cedente

Parágrafo único. O Coeficiente de Aproveitamento Básico será o do uso residencial multifamiliar da zona.

Art. Os Imóveis tombados e os definidos como de Interesse do Patrimônio Histórico Cultural, poderão transferir seu potencial construtivo não utilizado para outro imóvel, observando-se o coeficiente de aproveitamento máximo permitido na zona para onde o mesmo for transferido.

Parágrafo único. O proprietário do imóvel que transferir o potencial construtivo, nos termos deste artigo, assumirá a obrigação de mantê-lo preservado e conservado, bem como averbará, na respectiva matrícula do registro imobiliário, a transferência efetuada.

Art. . Os imóveis lindeiros ou defrontantes às Zonas Especiais de Interesse Ambiental terão gabarito limitado, podendo transferir seu potencial construtivo não utilizado para outro imóvel, observando-se o coeficiente de aproveitamento máximo permitido na zona para onde for transferido, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Art. . O impacto da concessão de outorga de potencial construtivo adicional e de transferência do direito de construir deverá ser monitorado permanentemente pelo Poder Executivo, que tornará públicos os relatórios do monitoramento.

CAPÍTULO VI

DAS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS

Art. As Operações Urbanas Consorciadas são o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de

alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental, ampliando os espaços públicos, melhorias de infraestrutura e sistema viário, num determinado perímetro contínuo ou descontinuado.

Art. As Operações Urbanas Consorciadas têm como finalidade:

I – implantação de equipamentos estratégicos para o desenvolvimento urbano;

II – otimização de áreas envolvidas em intervenções urbanísticas de porte e reciclagem de áreas consideradas subutilizadas;

III – implantação de programas de habitação de interesse social;

IV – ampliação e melhoria da rede estrutural de transporte público coletivo;

V – implantação de espaços públicos;

VI – valorização e criação dos patrimônios histórico-cultural, ambiental, arquitetônico, paisagístico e turístico;

VII – melhoria e ampliação da infra-estrutura e da rede viária estrutural.

Art. Ficam permitidas Operações Urbanas Consorciadas nas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nas Zonas Especiais de Interesse Ambiental - ZEIA e nas Zonas Especiais de Interesse Turístico - ZEIT.

Parágrafo único. Em outras áreas poderão ser permitidas Operações Urbanas Consorciadas a critério do Conselho Municipal do Plano Diretor.

Art. Cada Operação Urbana Consorciada será criada por lei específica que, de acordo com as disposições dos artigos 32 a 34 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade – conterà, no mínimo:

I- delimitação do perímetro da área de abrangência;

II- finalidade da operação;

III- programa básico de ocupação da área e intervenções previstas;

IV- Estudo Prévio de Impacto Ambiental e de Vizinhança - EIV;

V- programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

VI- solução habitacional dentro de seu perímetro ou vizinhança próxima, no caso da necessidade de remover os moradores;

VII- garantia de preservação dos imóveis e espaços urbanos de especial valor cultural e ambiental, protegidos por tombamento ou lei;

VIII- contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função dos benefícios recebidos;

IX- forma de controle e monitoramento da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil;

X- conta ou fundo específico que deverá receber os recursos de contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanísticos concedidos.

§ 1º Todas as Operações Urbanas Consorciadas deverão ser previamente aprovadas pelo Conselho Municipal do Plano Diretor.

§ 2º Os recursos obtidos pelo Poder Público na forma do inciso VIII deste artigo serão aplicados exclusivamente no programa de intervenções, definido na lei de criação da Operação Urbana Consorciada.

Art. . A Outorga Onerosa do Direito de Construir das áreas compreendidas no interior dos perímetros das Operações Urbanas Consorciadas, reger-se-á, exclusivamente, pelas disposições de suas leis específicas, respeitados os coeficientes de aproveitamento máximo para operações urbanas.

Parágrafo único. Os imóveis localizados no interior dos perímetros das Operações Urbanas Consorciadas não são passíveis de receber o potencial construtivo transferido de imóveis não inseridos no seu perímetro.

CAPÍTULO VII

DO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO

Art. O Poder Público municipal poderá aplicar o instrumento do Consórcio Imobiliário além das situações previstas no artigo 48 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade, para viabilizar empreendimentos de habitação de interesse social, na Macrozona do Núcleo Central – MZ1.

§ 1º Considera-se Consórcio Imobiliário a forma de viabilização de planos de urbanização ou edificação, por meio do qual o proprietário transfere ao Poder Público municipal o seu imóvel e, após a realização das obras, recebe como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 2º A Prefeitura poderá promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão urbanística ou outra forma de contratação.

§ 3º O proprietário ou transferir seu imóvel para a Prefeitura nos termos deste artigo receberá, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

Art. O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto no § 2º do artigo 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade.

Art. . O Consórcio Imobiliário aplica-se tanto aos imóveis sujeitos à obrigação legal de parcelar, edificar ou utilizar nos termos desta lei complementar, quanto àqueles por ela não abrangidos, mas necessários à realização de intervenções urbanísticas previstas nesta lei complementar.

CAPÍTULO VIII

DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art. O Poder Público municipal poderá exercer o Direito de Preempção para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação entre particulares, conforme disposto nos artigos 25, 26 e 27 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. O Direito de Preempção será exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para:

- I- regularização fundiária;
- II- ordenamento e direcionamento da expansão urbana;
- III- implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- IV- criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes;
- V- criação de unidades de conservação ou proteção de outras de interesse ambiental;
- VI- proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.

Art. . O direito de preempção, nos termos do § 1º do artigo 25 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade, aplicar-se-á às áreas compreendidas ... Anexo...

Art. . O Poder Executivo elaborará lei municipal que delimitará as áreas em que incidirá o Direito de Preferência na Macrozona do Núcleo Central – MZ1, excetuando as definidas no artigo anterior.

Parágrafo único. Os imóveis colocados à venda nas áreas definidas no “caput” deverão ser necessariamente oferecidos ao Município, que terá preferência para aquisição pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. . O Poder Executivo deverá notificar o proprietário do imóvel localizado em área delimitada para o exercício do Direito de Preempção, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da vigência da lei que a delimitou.

Art. . O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel para que o Município, no prazo máximo de 30 (trinta) dias manifeste por escrito seu interesse em comprá-lo.

§ 1º À notificação mencionada no “caput” será anexada a proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão: preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º A declaração de intenção de alienar onerosamente o imóvel, deve ser apresentada com os seguintes documentos:

- I- proposta de compra apresentada pelo interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade;
- II- endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações;
- III- certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo cartório de registro de imóveis;
- IV- declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou executória.

Art. . Recebida à notificação a que se refere o artigo anterior, a Administração poderá manifestar, por escrito, dentro do prazo legal, o interesse em exercer a preferência para aquisição de imóvel.

§ 1º A Prefeitura fará publicar na imprensa, edital de aviso da notificação recebida, nos termos do artigo anterior e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

§ 2º O decurso de prazo de 30 (trinta) dias após a data de recebimento da notificação do proprietário sem a manifestação expressa do Poder Executivo Municipal de que pretende exercer o direito de preferência, faculta o proprietário a alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado, nas condições da proposta apresentada sem prejuízo do direito do Poder Executivo Municipal exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras, dentro do prazo legal de vigência do Direito de Preempção.

Art. . Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente do Poder Executivo Municipal cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel dentro do prazo de 30 (trinta) dias após sua assinatura.

§ 1º O Executivo promoverá as medidas judiciais cabíveis para a declaração de nulidade de alienação onerosa efetuada em condições diversas da proposta apresentada.

§ 2º Em caso de alienação efetuada pelo proprietário, o Executivo poderá adquirir o imóvel pelo valor base de cálculo do imposto predial e territorial urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

Art. . O Executivo elaborará lei municipal, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2.001 – Estatuto da Cidade, definindo todas as demais condições para aplicação deste instrumento urbanístico.

CAPÍTULO IX

DO DIREITO DE SUPERFÍCIE

Art. O Direito de Superfície poderá ser exercido em todo o território municipal.

§ 1º O Poder Público poderá exercer o Direito de Superfície em áreas particulares onde haja carência de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º O Poder Público poderá utilizar o Direito de Superfície em caráter transitório para remoção temporária de moradores de núcleos habitacionais de baixa renda, pelo tempo que durar as obras de urbanização.

Art. . O Poder Público poderá conceder onerosamente o Direito de Superfície do solo, subsolo ou espaço aéreo nas áreas públicas integrantes do seu patrimônio, para exploração por parte das concessionárias de serviços públicos, mediante lei específica.

Parágrafo único. Excetuando as áreas públicas institucionais e verdes, as demais áreas poder-se-ão conceder onerosamente o Direito de Superfície do solo e subsolo para exploração de atividades industriais e comerciais, mediante lei específica.

Art. O proprietário de terreno poderá conceder ao Município, por meio de sua Administração Direta ou Indireta, o direito de superfície, nos termos da legislação em vigor, objetivando a implantação de serviços públicos.

CAPÍTULO X

DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA

Art. . Os empreendimentos considerados de impacto urbanístico e ambiental, definidos **na Subseção III, da Seção I, do Capítulo I, do Título III** desta lei complementar, adicionalmente ao cumprimento dos demais dispositivos previstos na legislação urbanística, terão sua aprovação condicionada à elaboração e aprovação de EIV - Estudo de Impacto de Vizinhaça, a ser apreciado pelos órgãos competentes da Administração Municipal.

Subseção III

Art. O Executivo elaborará lei municipal definindo os empreendimentos e atividades que dependerão de elaboração do Estudo Prévio de Impacto de Vizinhaça (EIV) e do Relatório de Impacto de Vizinhaça (RIV) para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

Parágrafo único. A lei municipal a que se refere o *caput* deste artigo poderá prever outros empreendimentos e atividades além dos já mencionados no artigo anterior.

Art. 133. O EIV deverá contemplar os aspectos positivos e negativos do empreendimento sobre a qualidade de vida da população residente ou usuária da área em questão e seu entorno, devendo incluir, no que couber, a análise e proposição de solução para as seguintes questões:

- I- adensamento populacional;
- II- uso e ocupação do solo;
- III- valorização imobiliária;
- IV- áreas de interesse histórico, cultural, paisagístico e ambiental;
- V- equipamentos urbanos, incluindo consumo de água e de energia elétrica, bem como geração de resíduos sólidos, líquidos e efluentes de drenagem de águas pluviais;
- VI- equipamentos comunitários, como os de saúde e educação;
- VII- sistema de circulação e transportes, incluindo, entre outros, tráfego gerado, acessibilidade, estacionamento, carga e descarga, embarque e desembarque;

- VIII- poluições sonora, atmosférica e hídrica;
- IX- vibração;
- X- periculosidade;
- XI- geração de resíduos sólidos;
- XII- riscos ambientais;
- XIII- impacto sócio-econômico na população residente ou atuante no entorno.

Art. . O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá exigir como condição para aprovação do projeto, as alterações e complementos no mesmo, bem como a execução de melhorias na infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários, pelo interessado, tais como:

- I- ampliação das redes de infra-estrutura urbana;
- II- área de terreno ou área edificada para instalação de equipamentos comunitários em percentual compatível com o necessário para o atendimento da demanda a ser gerada pelo empreendimento;
- III- ampliação e adequação do sistema viário, ponto de ônibus, faixa de pedestres, implantação de semáforos;
- IV- proteção acústica, uso de filtros e outros procedimentos que minimizem incômodos da atividade;
- V- manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área;
- VI- cotas de emprego e cursos de capacitação profissional, entre outros;
- VII- percentual de habitação de interesse social no empreendimento;
- VIII- possibilidade de construção de equipamentos sociais em outras áreas da cidade;
- IX- manutenção de áreas verdes.

§1º As exigências previstas nos incisos anteriores deverão ser proporcionais ao porte e ao impacto do empreendimento.

§2º A aprovação do empreendimento ficará condicionada à assinatura de Termo de Compromisso pelo interessado, em que este se compromete a arcar integralmente com as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e

demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, antes da finalização do empreendimento.

§3º O Certificado de Conclusão da Obra ou o Alvará de Funcionamento só serão emitidos mediante comprovação da conclusão das obras e serviços previstos no parágrafo anterior.

Art. A elaboração do EIV não substitui o licenciamento ambiental requerido nos termos da legislação ambiental.

Art. . Dar-se-á publicidade aos documentos integrantes do EIV/RIV, que ficarão disponíveis para consulta no órgão municipal competente, por qualquer interessado.

§1º Serão fornecidas cópias do EIV/RIV, quando solicitadas pelos moradores da área afetada ou suas associações.

§2º O órgão público responsável pelo exame do EIV/RIV deverá solicitar do interessado a publicação da síntese do estudo, por três vezes consecutivas, em jornal de grande circulação no município e, quando achar necessário, a realização de audiência pública sobre o empreendimento.

TÍTULO V

DA GESTÃO DA POLÍTICA URBANA

CAPÍTULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. Fica criado o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão - SMPG, instituindo estruturas e processos democráticos e participativos, que visam permitir o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e de gestão da política urbana.

Art. . São objetivos do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão:

- I- criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;
- II- garantir eficiência e eficácia à gestão, visando a melhoria da qualidade de vida;
- III- instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do plano diretor.

Art. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão atua nos seguintes níveis:

- I- nível de formulação de estratégias, das políticas e de atualização do plano diretor;
- II- nível de gerenciamento do plano diretor, de formulação e aprovação dos programas e projetos para a sua implementação;
- III- nível de monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos aprovados.

Art. . O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão é composto por:

- I- Conselho Municipal do Plano Diretor;
- II- Grupo Técnico de Apoio - GTA;
- III- Sistema de Informações Municipais;
- IV- Fundo Municipal do Plano Diretor.

Seção I

Do Conselho Municipal Do Plano Diretor

Art. . Fica criado o Conselho Municipal do Plano Diretor, órgão consultivo e deliberativo em matéria de natureza territorial e de política urbana, composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil.

Art... O Conselho Municipal do Plano Diretor será vinculado administrativamente ao Gabinete do Prefeito Municipal e suas reuniões ordinárias serão realizadas **bimestralmente**.

Parágrafo único: O Conselho Municipal do Plano Diretor, poderá se reunir extraordinariamente sempre que necessário.

Art. O Conselho Municipal de Plano Diretor será composto por 24 (vinte e quatro) membros e respectivos suplentes, na proporção de 16 (dezesseis) membros da sociedade civil e 8 (oito) membros do Poder Público.

§ 1º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal do Plano Diretor, representantes do Poder Público, serão por este formalmente indicados;

§ 2º Os membros da Sociedade Civil serão representantes das Associações de Bairro, Associações de Classe, Clubes de Serviço, Entidades Assistenciais, Clubes Esportivos, Lojas Maçônicas, Sindicatos, Entidades Ambientais, Ongs, ou outras Entidades / Instituições organizadas. (melhorar)

§ 3º Dentre os 16 membros da sociedade civil poderão ser escolhidos ainda no máximo de 02 (dois) cidadãos farturenses, sem vínculo com qualquer Entidade/ órgão, supra mencionado, escolhido pela Audiência Pública a seguir especificada. (melhorar)

§ 4º Os representantes da Sociedade Civil, deverão comparecer à Audiência Pública formalmente indicados por seus respectivos segmentos.

§ 5º Os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal do Plano Diretor, representantes da Sociedade Civil, serão eleitos em Audiência Pública, realizada para este fim, garantido-se a diversidade e a representatividade.

§ 6º Após a realização da Audiência Pública, o Senhor Prefeito Municipal, publicará decreto formalizando a constituição do referido Conselho.

§ 7º Os membros do Conselho Diretor, terão mandato de 02(dois) anos, sendo permitida a reeleição;

§ 8º As deliberações do Conselho Municipal do Plano Diretor serão feitas por maioria simples.

Art. . Compete ao Conselho Municipal do Plano Diretor:

- I- acompanhar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;
- II- deliberar e emitir pareceres sobre proposta de alteração da Lei do Plano Diretor;
- III- acompanhar a execução de planos e projetos de interesse do desenvolvimento territorial, inclusive os planos setoriais;
- IV- deliberar sobre projetos de lei de interesse da política urbana, antes de seu encaminhamento à Câmara Municipal;
- V- gerir os recursos oriundos do Fundo Municipal do Plano Diretor;
- VI- monitorar a concessão de Outorga Onerosa do Direito de Construir e a aplicação da Transferência do Direito de Construir;
- VII- aprovar e acompanhar a implementação das Operações Urbanas Consorciadas;
- VIII- acompanhar a implementação dos demais instrumentos urbanísticos;
- IX- zelar pela integração das políticas setoriais;
- X- deliberar sobre as omissões e casos não perfeitamente definidos pela legislação urbanística municipal;
- XI- convocar, organizar e coordenar as conferências e assembléias territoriais;

XII- convocar audiências públicas;

XIII- elaborar e aprovar o regimento interno no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua constituição.

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Plano Diretor será constituído no prazo de até 90 (noventa) dias a partir da promulgação desta Lei Complementar.

Art. . O Conselho Municipal do Plano Diretor poderá instituir câmaras técnicas e grupos de trabalho específicos.

Art. . O Poder Executivo Municipal garantirá o suporte técnico e operacional exclusivo ao Conselho Municipal do Plano Diretor, necessário ao seu pleno funcionamento.

Parágrafo único. O Conselho Municipal do Plano Diretor definirá a estrutura do suporte técnico e operacional.

Seção II

Do Grupo Técnico De Apoio – GTA

Art. O Grupo Técnico de Apoio – GTA – tem por atribuições:

I- rever o Plano Diretor, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas;

II- analisar e emitir parecer sobre os Relatórios de Impacto de que trata esta lei complementar;

III- gerir o Sistema de Informações de que trata esta lei complementar;

IV- promover e executar as medidas necessárias à aplicação desta lei complementar, desempenhando as demais atividades que para tanto se façam necessárias.

Parágrafo único. A coordenação do Grupo Técnico de Apoio – GTA – caberá ao Órgão Municipal de Planejamento.

Seção III

Do Sistema de Informações Municipais

Art. O Sistema de Informações Municipais, gerenciado pelo Órgão Municipal de Planejamento, tem como objetivo fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política territorial, subsidiando a tomada de decisões ao longo do processo.

§ 1º O Sistema de Informações Municipais deverá conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município.

§ 2º Para a consecução dos objetivos do Sistema deverá ser definida unidade territorial de planejamento e controle.

Art. . O Sistema de Informações Municipais deverá obedecer aos princípios:

- I- da simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança, evitando-se a duplicação de meios e instrumentos para fins idênticos;
- II- da democratização, publicação e disponibilização das informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação do Plano Diretor.

Seção IV

Do Fundo Municipal do Plano Diretor

Art. Fica criado o Fundo Municipal do Plano Diretor constituído pelas fontes de receita:

- I- recursos próprios do Município;
- II- transferências intergovernamentais;
- III- transferências de instituições privadas;
- IV- transferências do exterior;
- V- transferências de pessoa física;
- VI- receitas provenientes da Concessão do Direito Real de Uso de áreas públicas, exceto nas ZEIS;
- VII- receitas provenientes de Outorga Onerosa do Direito de Construir;
- VIII- receitas provenientes da Concessão do Direito de Superfície;
- IX- receitas provenientes da contribuição de melhoria;

X- rendas provenientes da aplicação financeira dos seus recursos próprios;

XI- doações;

XII- outras receitas que lhe sejam destinadas por lei.

§1º O Fundo Municipal do Plano Diretor será gerido pelo Conselho Municipal do Plano Diretor a ser constituído pelo Executivo, que disciplinará seu funcionamento.

§2º Os recursos especificados no inciso VII serão aplicados:

I- na produção de habitação de interesse social em todo o Município;

II- em infra-estrutura e equipamentos públicos nas Zonas Especiais de Interesse Social.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Art. Fica assegurada a participação da população em todas as fases do processo de gestão democrática do município, mediante as seguintes instâncias de participação:

I- fórum permanente de Política Municipal e construção da Agenda 21 local;

II- audiências públicas;

III- iniciativa popular de projetos de lei, de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

IV- plebiscito e referendo popular;

V- conselhos municipais relacionados à política urbana.

Art. . O Executivo submeterá anualmente ao Conselho Municipal do Plano Diretor, relatório de gestão do exercício e plano de ação para o próximo período.

Parágrafo único. Uma vez analisado pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, o Executivo o enviará à Câmara Municipal e dará publicidade do mesmo.

Seção I

Do Fórum Municipal de Política Territorial

Art. O Fórum Municipal de Política Territorial ocorrerá ordinariamente a cada dois anos e, extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho Municipal do Plano Diretor.

Parágrafo único. As reuniões do Fórum serão abertas à participação de todos os cidadãos.

Art. O Fórum Municipal de Política Territorial deverá, dentre outras atribuições:

- I- apreciar as diretrizes da política urbana e rural do Município;
- II- debater os relatórios anuais de gestão da política urbana e rural, apresentando críticas e sugestões;
- III- sugerir ao Poder Executivo as adequações nas ações estratégicas destinadas a implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;
- IV- deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;
- V- sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. O Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal projeto de lei de revisão do presente Plano Diretor, baseado nas decisões do Conselho 03 (três) anos após a sua aprovação.

Parágrafo único. No processo de revisão deverá ser assegurada a ampla participação da sociedade.

Art. . No caso de descumprimento dos prazos para consecução das políticas e ações estabelecidas no bojo dessa Lei Complementar, aplicar-se-ão penalidades, ao chefe do executivo, de 05(cinco) vezes o seu vencimento, para cada um dos prazos desrespeitados.

Art. . Fazem parte integrante desta lei, os seguintes Anexos:

- 1 – Mapa - Macrozoneamento;
- 2 – Mapa -

- 3 – Mapa -
- 4 – Enquadramento das Atividades nos usos;
- 5 – Glossário;
- 6– Sumário.

Art. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Fartura, em ...

PREFEITO MUNICIPAL